

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Relatório de Desempenho



Out/2015 a dez/2016

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

Juízes Assessores da Presidência da Área de Administração e Compras

Sylvio Ribeiro de Souza Neto

Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho

Juízes Assessores da Presidência da Área de Tecnologia da Informação

Aléssio Martins Gonçalves

Tom Alexandre Brandão

Juiz integrante do Núcleo de Apoio a Gestão para assuntos exclusivos de sustentabilidade

Mário Sérgio Leite

Secretários

Adriano Teócrito Pissolato – Secretaria de Abastecimento - SAB

Carmen Giadans Corbillon – Secretaria de Planejamento Estratégico – SEPLAN

Eduardo Roberto Alcântara – Secretaria de Administração – SAD

Pedro Cristóvão Pinto – Secretaria de Primeira Instância – SPI

Rosely Padilha de Sousa Castilho – Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

COMISSÃO GESTORA DO PLS-TJSP

Andrea Lins dos Santos - SPI 2.5

Elisa Mitsiko Matsuse - SOF 1

Evandro Claudino Bezerra - SAB 1

Luis Carlos Villani de Souza - STI 7.2.2

Marcelo Angotti - SAS 1.3

Marco Aurelio Giovani Visconti - SEPLAN 1.1

Maria Cecília Abbati Souza Cruz - SPR 4

Monica Bamonte Quadrado - SAD 2.3

Solange Moreira Rocha - SPRH 1.1

COLABORADORES DO PLS-TJSP

Daniela Minetto Robles - SEPLAN 1.1.1

Humberto Félix – DARAJ

Marcelo Dominguito - STI 3

Rodrigo Teixeira - SEPLAN 1

SUMÁRIO

Introdução	4
I - Consolidação dos resultados alcançados no PLS-TJSP	5
OBJETIVO 1	6
OBJETIVO 2	11
OBJETIVO 3	16
OBJETIVO 4	19
II - Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico	20
PAPEL	21
COPOS DESCARTÁVEIS	25
ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	28
IMPRESSÃO	30
TELEFONIA	33
ENERGIA ELÉTRICA	36
ÁGUA E ESGOTO	38
GESTÃO DE RESÍDUOS	40
REFORMAS	43
LIMPEZA	44
VIGILÂNCIA	46
VEÍCULOS	48
COMBUSTÍVEL	52
QUALIDADE DE VIDA	55
CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	57
III - Identificação das ações a serem modificadas em 2017	58
IV - Anexo	60

Introdução

A Resolução CNJ 201/2015 introduziu os Planos de Logística Sustentável (PLS) nos Tribunais brasileiros. O Provimento TJSP 2.262/15 regulamentou referida Resolução no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo. Em setembro de 2015, o Conselho Superior da Magistratura do TJSP aprovou o documento do PLS-TJSP, estabelecendo 13 metas de sustentabilidade, em alinhamento à meta 18.1 do Planejamento Estratégico 2015-2020.

O presente relatório foi elaborado para manter a conformidade com o artigo 23 da Resolução CNJ 201/2015 e com o artigo 13 do Provimento TJSP 2.262/15 (*“Os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas no PLS-TJSP deverão ser publicados ao final de cada semestre do ano no Portal do TJSP, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores”*).

Os dados informados neste relatório são originários dos administradores prediais de todas as comarcas do Estado de São Paulo e de alguns setores específicos (Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração, Assessoria de Imprensa, Secretaria da Área da Saúde e Secretaria de Abastecimento).

O relatório foi dividido nas seguintes partes: **1. Consolidação dos resultados alcançados**, com a apresentação do cumprimento das 13 metas do PLS-TJSP, **2. Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico** (Anexo I da Resolução CNJ 201/2015) e **3. Identificação das ações a serem modificadas em 2017**.

I - Consolidação dos resultados alcançados no PLS-TJSP

O PLS-TJSP é constituído por 4 objetivos e 13 metas.

Os 4 objetivos são:

- **Objetivo 1:** UTILIZAR DE FORMA EFICIENTE OS INSUMOS E MATERIAIS (4 metas);
- **Objetivo 2:** GERIR EFICIENTEMENTE DOCUMENTOS, ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTOS, RESÍDUOS e TELEFONIA (5 metas);
- **Objetivo 3:** ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO (3 metas);
- **Objetivo 4:** SENSIBILIZAR E CAPACITAR OS AGENTES PÚBLICOS EM TEMAS DE SUSTENTABILIDADE (1 meta).

Os objetivos e o cumprimento das metas serão detalhados a seguir.

OBJETIVO 1

UTILIZAR DE FORMA EFICIENTE OS INSUMOS E MATERIAIS

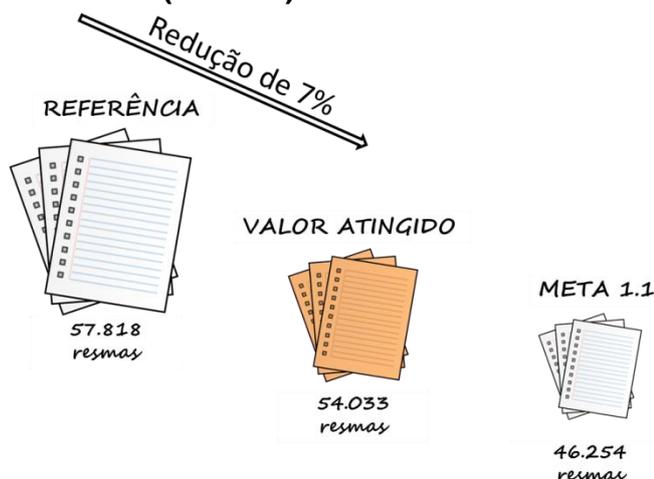
O Objetivo 1 considera o uso eficiente de papel e descartáveis (copos plásticos de água e café), com a finalidade de sensibilizar os agentes públicos para a redução gradativa do consumo e reutilização dos materiais, proporcionando a diminuição do impacto ambiental.

As 4 metas que sustentam o objetivo 1 são:

- META 1.1 – Reduzir em 20% a média de consumo de papel branco (resmas) até dez/2016;
- META 1.2 – Reduzir em 20% a média de consumo de papel reciclado (resmas) até dez/2016;
- META 1.3 – Reduzir em 15% a média de consumo de copos de 200 ml por agente público até dez/2016;
- Meta 1.4 - Reduzir em 10% a média de consumo de copos de 50 ml por agente público até dez/2016.

A seguir os resultados das metas são apresentados.

META 1.1 – Reduzir em 20% a média de consumo de papel branco (resmas) até dez/2016



O número referencial adotado para elaborar a meta foi de 57.818 resmas. Em dezembro de 2016 a média mensal de consumo atingiu 54.033 resmas. Isso

Quadro Resumo	
Referência	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = 57.818 resmas
Indicador	Consumo de papel branco
Fórmula	Quantidade utilizada de resmas de papel branco
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	46.254 resmas
Valor atingido	54.033 resmas (redução de 7%)

significou uma redução de 7% na média de consumo de papel branco.

Detalhamento da meta 1.1		
Ano	Mês	Papel Branco – consumo mensal (resmas)
2015	10	67.389
2015	11	68.440
2015	12	42.025
2016	1	68.119
2016	2	43.641
2016	3	52.849
2016	4	58.130
2016	5	56.285
2016	6	18.260
2016	7	62.162
2016	8	62.402
2016	9	105.314
2016	10	30.648
2016	11	38.600
2016	12	36.230
Média Mensal		54.033

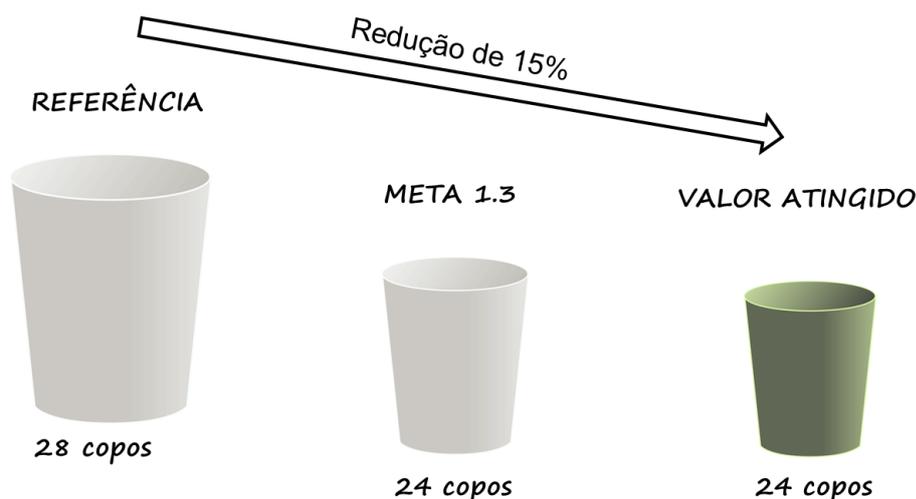
META 1.2 – Reduzir em 20% a média de consumo de papel reciclado (resmas) até dez/2016



A referência inicial para o estabelecimento da meta foi de 1.877 resmas. O valor atingido em dezembro de 2016 foi de 1.789 resmas. Isso significou uma redução de 5% na média de consumo mensal de papel reciclado.

Quadro Resumo		
Referência	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = 1.877 resmas	
Indicador	Consumo de papel reciclado	
Fórmula	Quantidade utilizadas de resmas de papel reciclado	
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	1.501 resmas	
Valor atingido	1.789 resmas (redução de 5%)	
Detalhamento da meta 1.2		
Ano	Mês	Papel Reciclado – consumo mensal (resmas)
2015	10	1.412
2015	11	2.903
2015	12	1.313
2016	1	3.204
2016	2	1.555
2016	3	5.071
2016	4	1.575
2016	5	1.602
2016	6	95
2016	7	2.020
2016	8	1.645
2016	9	2.467
2016	10	606
2016	11	631
2016	12	730
Média		1.789

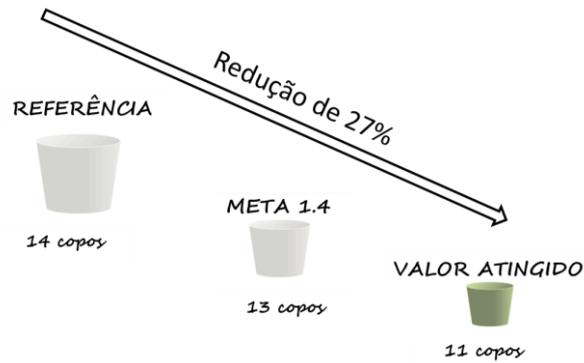
META 1.3 – Reduzir em 15% a média de consumo de copos de 200 ml por agente público até dez/2016



O número referencial que o TJSP adotou para elaborar a meta foi de 28 copos por agente público. O valor atingido em dezembro de 2016 foi de 24 copos. Isso significou uma redução de 15% na média de consumo mensal de copos descartáveis de 200 ml, atingindo a meta estabelecida.

Quadro Resumo				
Referência	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = 0,28 centos ou 28 copos de 200 ml por agente público			
Indicador	Consumo de copos de 200 ml descartáveis			
Fórmula	Quantidade (centos) de copos de 200 ml / total corpo funcional + força de trabalho auxiliar			
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	24 copos de 200 ml por agente público			
Valor atingido	24 copos de 200 ml por agente público (redução de 15%)			
Detalhamento da meta 1.3				
Ano	Mês	Copos de 200 ml - consumo	Total corpo funcional + força de trabalho auxiliar	Copos de 200 ml por agente público
2015	10	21.800	72.907	30
2015	11	21.275	72.907	29
2015	12	14.225	72.907	20
2016	1	14.575	71.817	20
2016	2	15.950	71.817	22
2016	3	18.650	71.817	26
2016	4	21.475	71.817	30
2016	5	16.975	71.817	24
2016	6	6.550	71.817	09
2016	7	17.975	71.817	25
2016	8	20.925	71.817	29
2016	9	26.700	71.817	37
2016	10	16.225	71.817	23
2016	11	17.800	71.817	25
2016	12	13.075	71.817	18
Média		17.612	72.035	24

Meta 1.4 - Reduzir em 10% a média de consumo de copos de 50 ml por agente público até dez/2016



O número referencial que o TJSP adotou para elaborar a meta foi de 14 copos de café (50 ml) por agente público. O valor atingido em dezembro de 2016 foi de 11 copos. Isso significou uma redução de 27% na média de consumo mensal de copos por agente, ultrapassando em 17% a meta proposta.

Quadro Resumo				
Referência	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = 14 copos de 50 ml por agente público			
Indicador	Consumo de copos de 50 ml descartáveis			
Fórmula	Quantidade (centos) de copos de 50 ml / total corpo funcional + força de trabalho auxiliar			
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	13 copos de 50 ml por agente público			
Valor atingido	11 copos de 50 ml por agente público por mês (redução de 27%)			
Detalhamento da meta 1.4				
Ano	Mês	Copos de 50 ml - consumo	Total corpo funcional + força de trabalho auxiliar	Copos de 50 ml por agente público
2015	10	8.800	72.907	12
2015	11	8.650	72.907	12
2015	12	5.300	72.907	07
2016	1	6.200	71.817	09
2016	2	7.650	71.817	11
2016	3	9.000	71.817	13
2016	4	7.950	71.817	11
2016	5	7.400	71.817	10
2016	6	2.350	71.817	03
2016	7	7.650	71.817	11
2016	8	11.650	71.817	16
2016	9	10.650	71.817	15
2016	10	8.450	71.817	12
2016	11	8.350	71.817	12
2016	12	5.900	71.817	08
Média		7.033	72.035	11

OBJETIVO 2

GERIR EFICIENTEMENTE DOCUMENTOS, ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTOS, RESÍDUOS E TELEFONIA

O objetivo 2 considerou as boas práticas do Anexo II da Resolução CNJ 201/2015 e as sugestões do Núcleo Socioambiental e Comissão Gestora na gestão eficiente de:

1. Documentos: preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel; redução da impressão de documentos; revisão dos documentos antes de imprimi-los; impressão com uso da frente e verso do papel e em fonte econômica etc.;

2. Energia elétrica: diagnóstico da situação das instalações elétricas e proposição das alterações necessárias para redução de consumo; monitoramento dos dados de consumo; desligamento de luzes e equipamentos quando possível etc.;

3. Água e esgotos: levantamento e monitoramento periódicos da situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo; adoção de medidas para evitar desperdício de água; utilização de sistemas de reuso de água etc.;

4. Resíduos: implantação do sistema de coleta seletiva nos prédios do TJSP em consonância com a Resolução CONAMA 275/2001, o Decreto 5.940/2006, a Lei 12.305/2010 e demais legislações pertinentes e

5. Telefonia: revisão dos contratos e campanhas de sensibilização do uso de telefone.

As 5 metas que sustentam o objetivo 2 são:

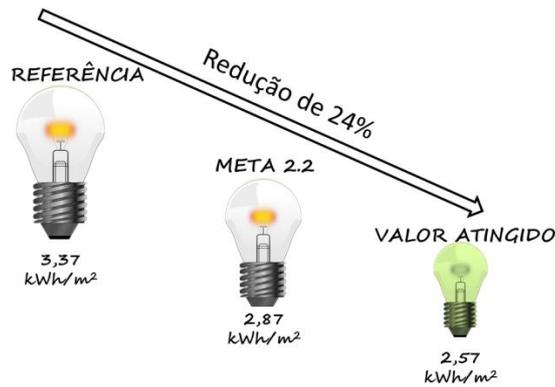
- META 2.1 – Publicar, no TJSP, guia de boas práticas para impressão de documentos até dez/2015;
- META 2.2 – Reduzir em 10% a média de consumo de energia elétrica (kWh) por área construída (m²) até dez/2016;
- META 2.3 – Reduzir em 10% a média do volume de água consumida (em m³) por área construída (m²) até dez/2016;
- Meta 2.4 - Implantar a coleta seletiva em 50% dos prédios do TJSP até dez/2016;
- Meta 2.5 - Reduzir em 5% o valor médio da fatura por linha de telefonia fixa até dez/2016.

Os resultados das metas do objetivo 2 são apresentados a seguir.

Meta 2.1 - Publicar, no TJSP, guia de boas práticas para impressão de documentos até dez/2015

O guia foi confeccionado pela equipe de sustentabilidade e disponibilizado no Portal do TJSP. O guia está apresentado no item **IV - Anexo**.

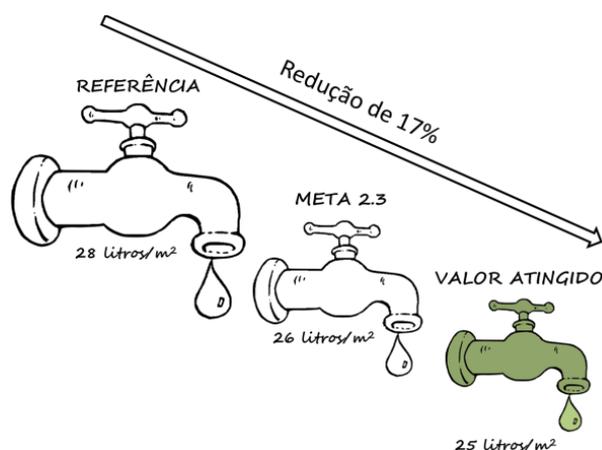
Meta 2.2 - Reduzir em 10% a média de consumo de energia elétrica (kWh) por área construída (m²) até dez/2016



O número referencial que o TJSP adotou para elaborar a meta foi de 3,37 kWh/m². O valor atingido em dezembro de 2016 foi de 2,57 kWh/m². Isso significou uma redução de 24% na média de consumo mensal de energia elétrica por metro quadrado, representando uma redução bem maior do que foi proposto na meta 2.2 (reduzir em 10%).

Quadro Resumo				
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015			
Referência	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = 3,37 kWh/m ²			
Indicador	Consumo de energia elétrica por área construída			
Fórmula	Quantidade de kWh consumidos/total da área construída			
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	2,87 kWh/m ²			
Valor atingido	2,57 kWh/m² (redução de 24%)			
Detalhamento da meta 2.2				
Ano	Mês	Energia elétrica kWh consumido	Área total construída	kWh por m ²
2015	10	9.742.629,9	2.443.342,4	3,99
2015	11	9.165.778,1	2.443.342,4	3,75
2015	12	9.452.526,6	2.443.342,4	3,87
2016	1	4.767.395,0	2.443.342,4	1,95
2016	2	6.221.562,6	2.443.342,4	2,55
2016	3	6.131.434,7	2.443.342,4	2,51
2016	4	7.042.502,3	2.443.342,4	2,88
2016	5	6.121.147,0	2.443.342,4	2,51
2016	6	5.076.756,4	2.443.342,4	2,08
2016	7	4.795.652,1	2.443.342,4	1,96
2016	8	5.006.429,2	2.443.342,4	2,05
2016	9	5.420.299,8	2.443.342,4	2,22
2016	10	5.328.754,0	2.443.342,4	2,18
2016	11	4.720.461,3	2.443.342,4	1,93
2016	12	5.175.053,0	2.443.342,4	2,11
Média mensal		6.275,094	2.443.342,4	2,57

Meta 2.3 - Reduzir em 10% a média do volume de água consumida (m³) por área construída (m²) até dez/2016



O número referencial que o TJSP adotou para elaborar a meta foi de 28 litros/m². Em dezembro de 2016 foi atingido o valor de 25 litros/m², representando uma redução de 17% em relação ao valor referencial.

Quadro Resumo				
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015			
Referência	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = 0,028 m ³ por m ² ou 28 litros por m ²			
Indicador	Volume de água por área construída			
Fórmula	Quantidade de m ³ de água/total área construída			
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	0,025 m ³ por m ² ou 25 litros por m ²			
Valor atingido	0,024 m³ por m² (redução de 17%)			
Detalhamento da meta 2.3				
Ano	Mês	Quantidade de m ³ de água	Área construída (m ²)	Volume de água consumida (litros) por área construída (m ²)
2015	10	74.246	2443342,42	21
2015	11	71.998	2443342,42	21
2015	12	69.450	2443342,42	20
2016	1	52.229	2443342,42	21
2016	2	50.842	2443342,42	22
2016	3	48.199	2443342,42	23
2016	4	51.561	2443342,42	23
2016	5	54.804	2443342,42	23
2016	6	56.309	2443342,42	29
2016	7	57.351	2443342,42	30
2016	8	55.005	2443342,42	24
2016	9	70.970	2443342,42	29
2016	10	57.765	2443342,42	17
2016	11	42.027	2443342,42	28
2016	12	50.472	2443342,42	21
Média mensal		58.640	2.443.342,42	24

Meta 2.4 – Implantar a coleta seletiva em 50% dos prédios do TJSP até dez/2016



A presente meta tinha como foco a implantação da coleta seletiva em 350 prédios, considerando os 700 prédios do TJSP no Estado de São Paulo. Os 203 prédios atingidos podem ainda não representar uma realidade em relação à coleta seletiva, de acordo com as dimensões conceituais desta ação. Para tanto, uma das principais metas para 2017 é implantar a coleta nos prédios do TJSP, tema abordado com mais detalhes no item 3 deste relatório.

Quadro Resumo	
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015
Referência	702 prédios do TJSP (abril/2015)
Indicador	Percentual de prédios com coleta seletiva implantada
Fórmula	$(\text{Prédios com coleta seletiva implantada} / \text{Total de prédios do TJSP}) \times 100$
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	351 prédios
Valor atingido	Total de 203 prédios*

*31 prédios da Capital e 172 prédios (das 95 Comarcas com coleta seletiva).

Meta 2.5 - Reduzir em 5% o valor médio da fatura por linha de telefonia fixa até dez/2016



O número referencial que o TJSP adotou para elaborar a meta foi de R\$ 53,45 por linha. Ao final de apuração do PLS-TJSP, obteve-se o valor de R\$ 51,71 por linha, ou seja, uma redução de 3,4% em relação ao valor referencial.

Quadro Resumo				
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015			
Referência para a meta	Média mensal de janeiro de 2014 a junho de 2015* = R\$53,45 por linha de telefonia fixa			
Indicador	Gasto médio do contrato de telefonia fixa			
Fórmula	Valor (R\$) da fatura/quantidade linhas			
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	Quadro resumo R\$ 50,78			
Valor atingido	R\$ 51,74 (redução de 3,4%)			
Detalhamento da meta 2.5				
Ano	Mês	TOTAL Valor da fatura em telefonia fixa	Total de linhas	Valor da fatura telefonia fixa por linha
2015	10	R\$ 876.562,84	12.477	R\$ 70,25
2015	11	R\$ 869.575,31	12.477	R\$ 69,69
2015	12	R\$ 834.803,36	12.477	R\$ 66,91
2016	1	R\$ 517.335,30	12.477	R\$ 41,46
2016	2	R\$ 574.553,73	12.477	R\$ 46,05
2016	3	R\$ 673.093,88	12.477	R\$ 53,95
2016	4	R\$ 597.601,24	12.477	R\$ 47,90
2016	5	R\$ 602.176,20	12.477	R\$ 48,26
2016	6	R\$ 603.814,70	12.477	R\$ 48,39
2016	7	R\$ 583.127,91	12.477	R\$ 46,74
2016	8	R\$ 654.116,97	12.477	R\$ 52,43
2016	9	R\$ 748.257,17	12.477	R\$ 59,97
2016	10	R\$ 548.540,82	12.477	R\$ 43,96
2016	11	R\$ 537.040,13	12.477	R\$ 43,04
2016	12	R\$ 462.617,32	12.477	R\$ 37,08
Média mensal		R\$ 645.547,79	12.477	R\$ 51,71

OBJETIVO 3**ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Este objetivo considerou as medidas para a promoção de um ambiente físico de trabalho seguro, saudável, confortável e ergonômico aos agentes públicos, com adoção de medidas para avaliação da qualidade do ar climatizado, níveis adequados de ruído, bem como promoção de ações que envolvam os agentes públicos a fim de elevar o grau de qualidade de vida.

As 3 metas que sustentam o objetivo 3 são:

- META 3.1 – Obter a participação de 30% dos servidores em ações de qualidade de vida por ano;
- META 3.2 – Aumentar em 30% as ações de qualidade de vida até 31/dez/2016;
- META 3.3 – Realizar uma (1) ação trimestral de inclusão para servidores com deficiência.

A seguir a apresentação de resultados de cada meta.

Meta 3.1 - Obter a participação de 30% dos servidores em ações de qualidade de vida por ano

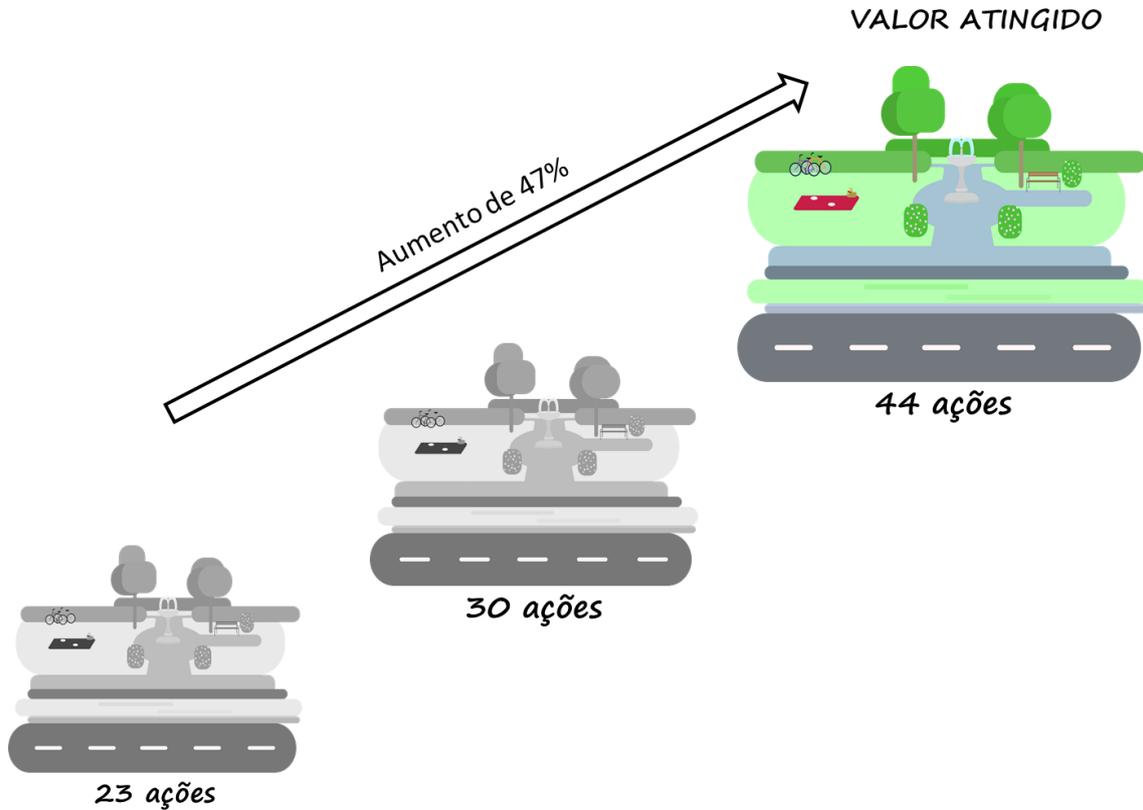


31.864
participantes

Se considerarmos todo o corpo funcional do TJSP, cerca de 70.000 pessoas, 32.084 pessoas participaram em ações de qualidade de vida em 2016, o equivalente a 45% de todo o quadro. Considerando o contingente de 45 mil servidores efetivos, este valor atinge a marca de aproximadamente 70%. Portanto, sob qualquer ponto de vista, ultrapassou-se o valor proposto na meta 3.1.

Quadro Resumo	
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015
Indicador	Participação dos servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho
Fórmula	(Quantidade de servidores que participaram de ações de qualidade de vida/total de servidores da instituição) x 100
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	13.500 (quadro efetivo) ou 21.090 (corpo funcional)
Valor atingido	31.864

Meta 3.2 - Aumentar em 30% as ações de qualidade de vida até 31/dez/2016



A referência para esta meta foi de 23 ações. A meta deveria atingir 30 ações, mas, fortuitamente o TJSP conseguiu materializar 44 ações de qualidade de vida desenvolvidas pela Secretaria da Área de Saúde (SAS), o que correspondeu a um aumento de 47% em relação ao valor de referência estabelecido.

Quadro Resumo	
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015
Referência	23 ações de qualidade de vida em 2014
Indicador	Percentual de ações realizadas em 2016 em relação a 2014
Fórmula	$((\text{Quantidade de ações realizadas em 2016} / \text{Quantidade de ações realizadas em 2014}) - 1) \times 100$
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	30 ações
Valor atingido	44 ações

Meta 3.3 – Realizar uma ação trimestral de inclusão para servidores com deficiência

VALOR ATINGIDO



3 ações

META 3.3



5 ações

A meta propôs que fossem desenvolvidas 5 ações até o final de 2016, sendo uma ação por trimestre. O TJSP conseguiu realizar 3 ações: 1) a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão por meio da Portaria 9.323/2016 (publicada no DJE em 04/08/2016), em conformidade com a Resolução CNJ 230/2016; 2) Apoio à Campanha Inclusão Mais da OAB-SP – (<http://intranet.tjsp.ius.br/Noticias/Noticia.aspx?Id=36630>) e 3) Debate sobre Estatuto da Pessoa com Deficiência na Escola Paulista de Magistratura –EPM (<http://intranet.tjsp.ius.br/Noticias/Noticia.aspx?Id=25939>).

Quadro Resumo	
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015
Indicador	Quantidade de ações realizadas por trimestre
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	5 ações
Valor atingido	3 ações

OBJETIVO 4
SENSIBILIZAR E CAPACITAR OS AGENTES PÚBLICOS EM TEMAS DE SUSTENTABILIDADE

Tornar-se um organismo sustentável depende essencialmente de pessoas conscientes. A consciência provém de ações constantes de sensibilização e capacitação dos agentes públicos do TJSP. Tais ações poderão formar pessoas comprometidas com a sustentabilidade, elevando a qualidade de vida, favorecendo um ambiente de trabalho sustentável, com redução de impactos ambientais. Abaixo o detalhamento da meta relacionada ao objetivo:

Meta 4.1 – Realizar duas capacitações em temas referentes à sustentabilidade por semestre

VALOR ATINGIDO



2 capacitações

META 4.1



4 capacitações

Duas capacitações foram realizadas durante o ano de 2016, atingindo 50% da proposta da meta.

Quadro Resumo	
Mês inicial de coleta	Outubro de 2015
Indicador	Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar
Fórmula	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação
Valor a ser atingido até dezembro de 2016	4 capacitações
Valor atingido	2 capacitações

II - Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico

Os indicadores estratégicos referem-se ao Anexo da Resolução CNJ 201/2015 informados mensal e anualmente ao CNJ por meio de sistema informatizado.

A definição, unidade de medida e periodicidade de apuração vão descritas e foram extraídas do Glossário da Resolução CNJ 201. Na sequência, são apresentados os dados correspondentes ao TJSP. As variáveis gerais (relacionadas aos recursos humanos: total de cargos providos, pessoal do quadro efetivo etc.) não foram contempladas neste relatório.

As variáveis e indicadores referem-se aos itens: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida e capacitação socioambiental.

O período de apuração considerou out/2015 a dez/2016, mesmo período do PLS-TJSP.

PAPEL

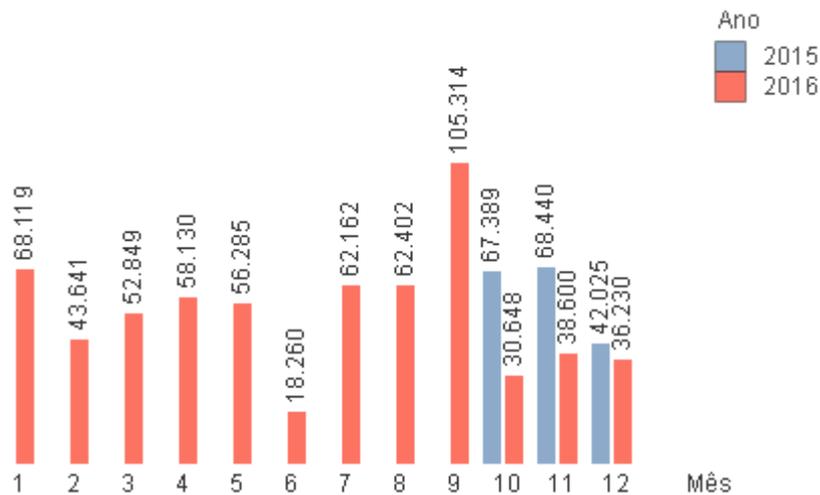
2 1 CPnrp Consumo de papel não-reciclado próprio

Definição: quantidade consumida de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.4.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



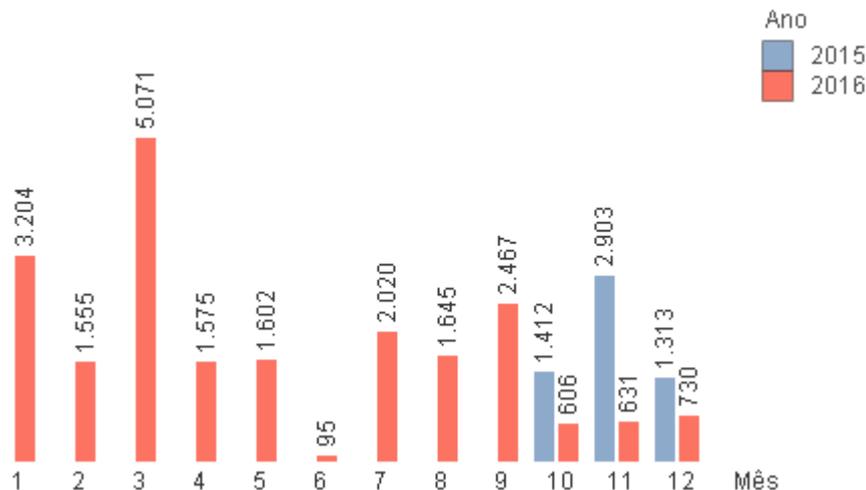
2 2 CPPrp Consumo de papel reciclado próprio

Definição: quantidade consumida de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.5.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



2 3 CPp Consumo de papel próprio

Definição: quantidade total consumida de resmas de papel não-reciclado e reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



2 4 CPnrc Consumo de papel não-reciclado contratado

Definição: quantidade consumida de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: o Tribunal não contrata papel não-reciclado

2 5 CPrc Consumo de papel reciclado contratado

Definição: quantidade consumida de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: o Tribunal não contrata papel reciclado

2 6 CPc Consumo de papel contratado

Definição: quantidade total consumida de resmas de papel não-reciclado e reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: o Tribunal não contrata papel não-reciclado e reciclado

2 7 CPt Consumo de papel total

Definição: quantidade total consumida de resmas de papel, incluindo papel próprio e contratado, reciclado e não-reciclado.

Unidade de medida: resmas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



2 8 GPnrp Gasto com papel não-reciclado próprio

Definição: despesa realizada com a aquisição pelo órgão de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício. Não considerar a despesa referente ao papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplada no item 5.6. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



2 9 GPrp Gasto com papel reciclado próprio

Definição: despesa realizada com a aquisição pelo órgão de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício. Não considerar a despesa referente ao papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplada no item 5.6. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



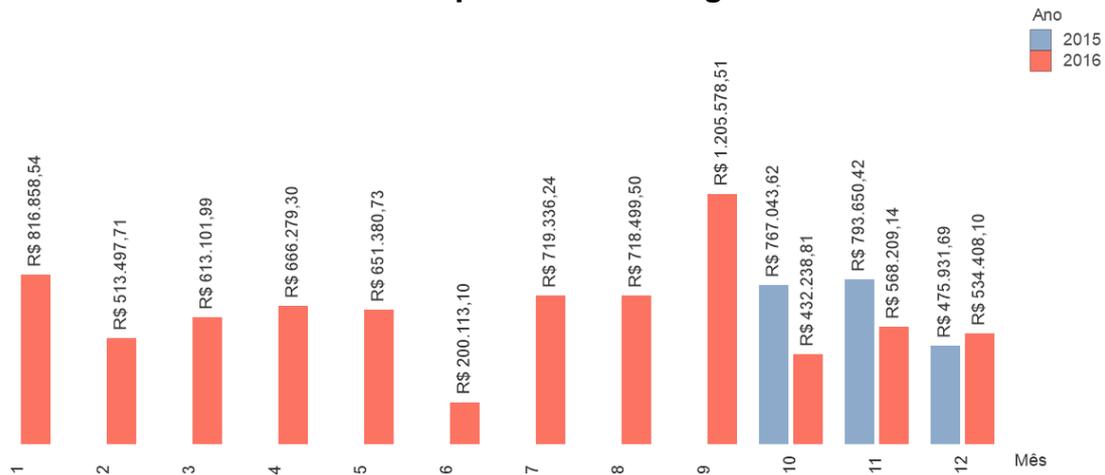
2 10 GPp Gasto com papel próprio

Definição: despesa total realizada pelo órgão com a aquisição de resmas de papel. Não considerar a despesa referente ao papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplada no item 5.6. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



COPOS DESCARTÁVEIS

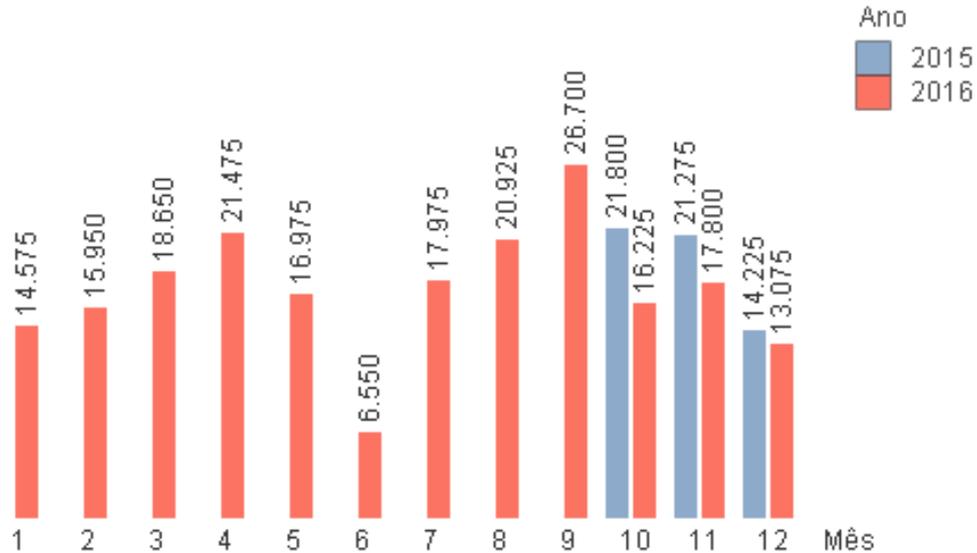
3 1 CCa Consumo de copos descartáveis para água

Definição: quantidade consumida de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água, incluindo aqueles com capacidade distinta de 200 ml.

Unidade de medida: centos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



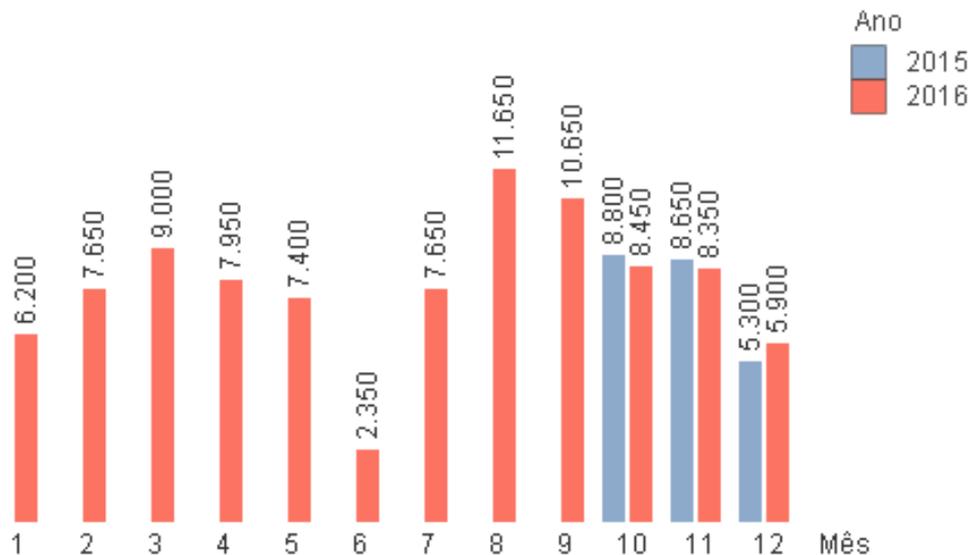
3 2 CCc Consumo de copos descartáveis para café

Definição: quantidade consumida de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 ml.

Unidade de medida: centos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



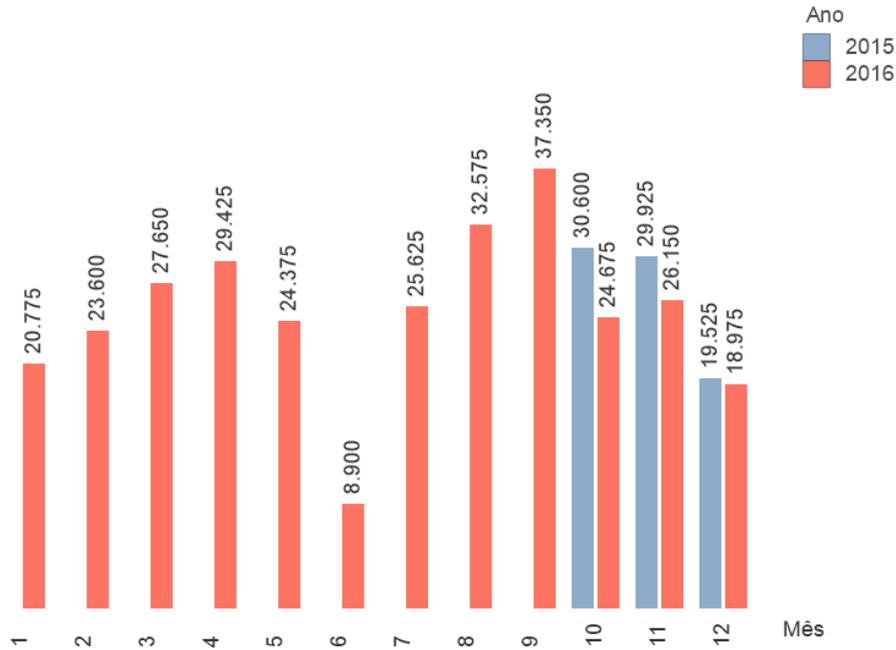
3 3 CCt Consumo de copos descartáveis total

Definição: quantidade total consumida de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água e café.

Unidade de medida: centos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



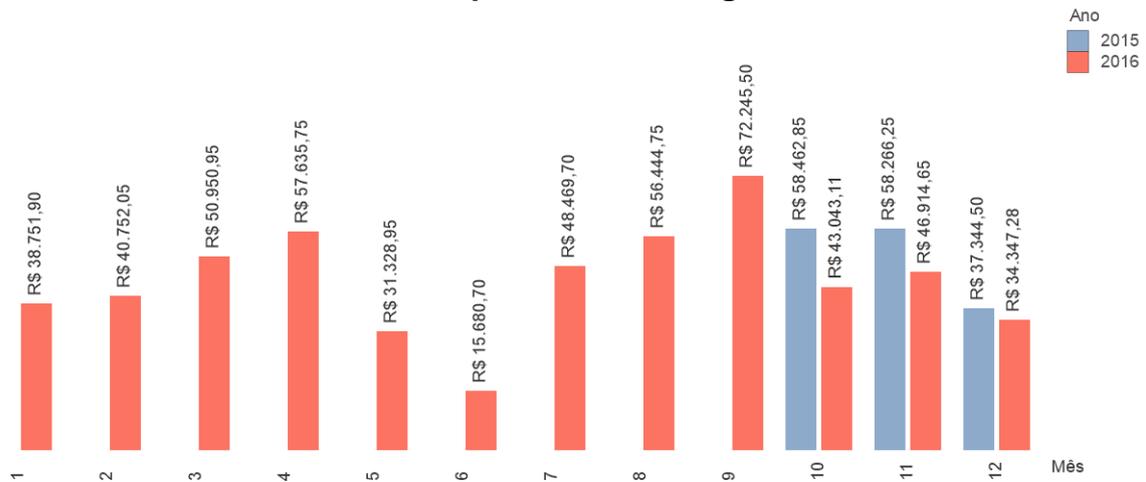
3 4 GCa Gasto com copos descartáveis para água

Definição: despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de água, incluindo aqueles com capacidade distinta de 200 ml. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



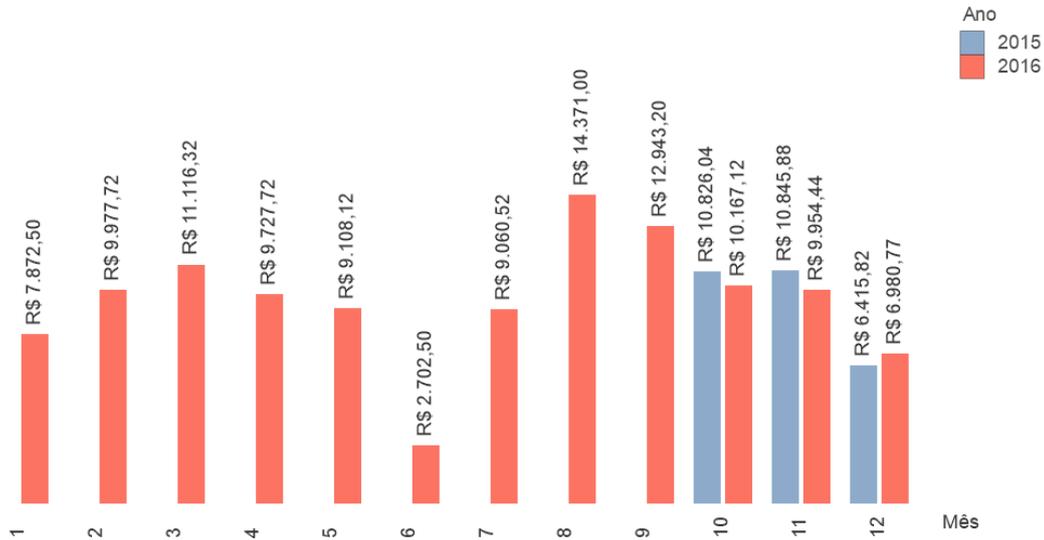
3 5 GCc Gasto com copos descartáveis para café

Definição: despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 ml. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



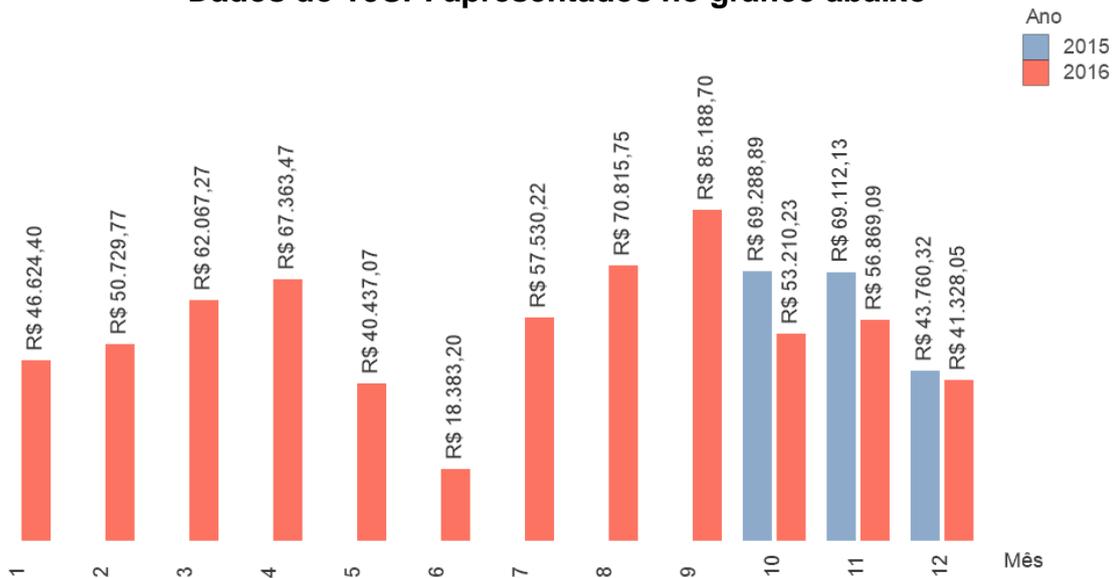
3 6 GCt Gasto com copos descartáveis total

Definição: despesa total realizada com a aquisição de copos descartáveis para água e para café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 e 200 ml. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

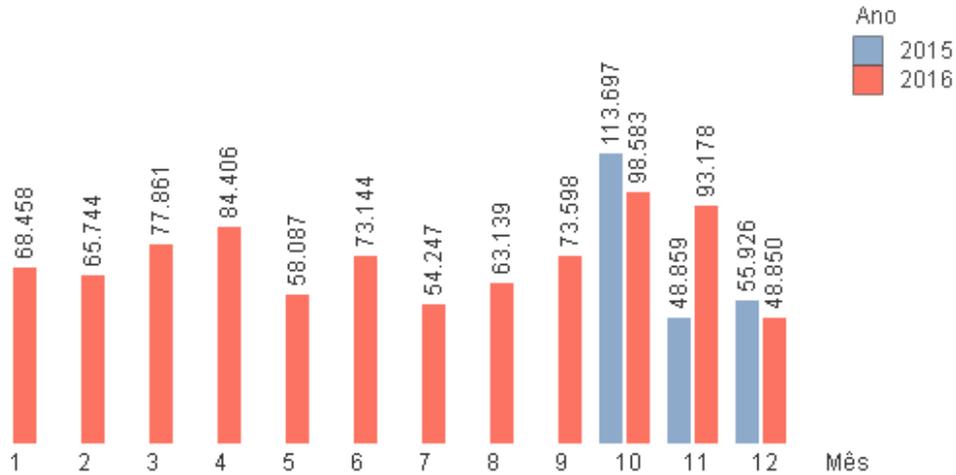
4.1. CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral

Definição: quantidade consumida de embalagens plásticas descartáveis para água mineral envasada, com ou sem gás, em unidades.

Unidade de medida: unidades

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



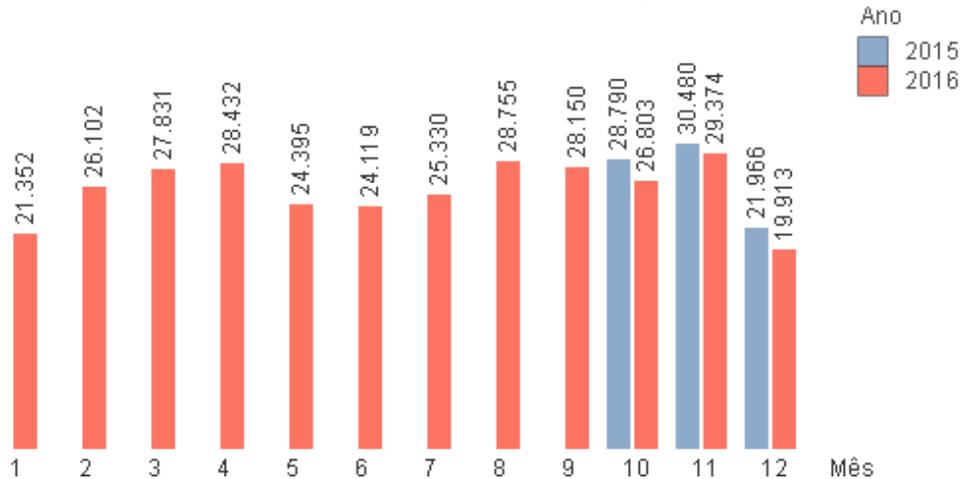
4.2. CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral

Definição: quantidade consumida de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrafões retornáveis).

Unidade de medida: unidades

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



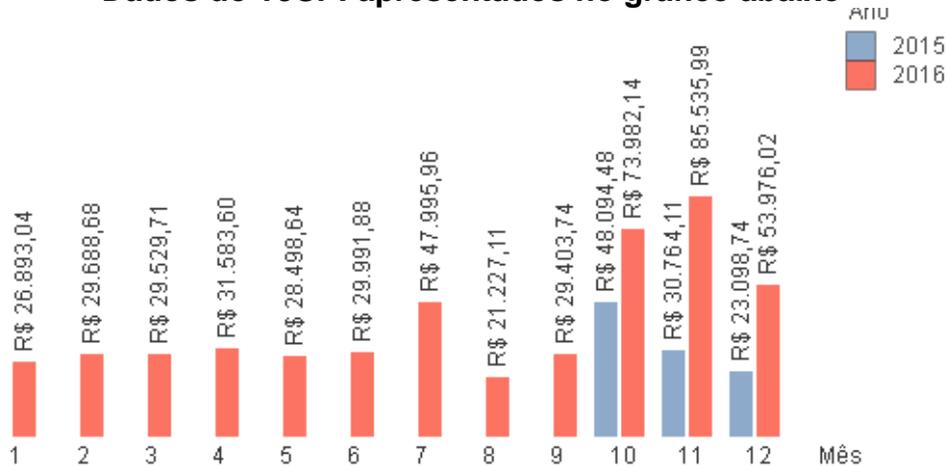
4.3. GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis

Definição: despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



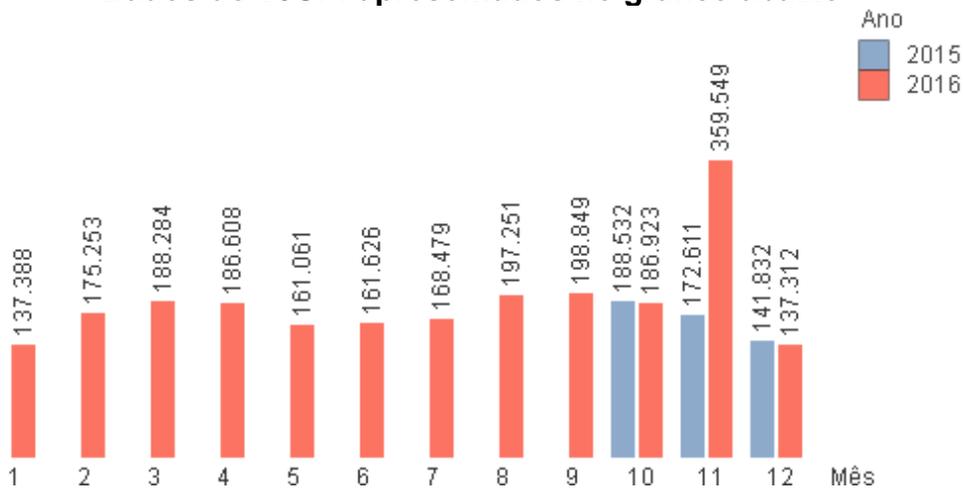
4.4. GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis

Definição: despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrações retornáveis). Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



IMPRESSÃO

O tema objetiva maior eficiência na gestão das impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou *outsourcing*), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos.

O monitoramento dos dados pode indicar a necessidade de:

- ✓ Calcular a quantidade de impressões por usuário, buscando sua diminuição;
- ✓ Calcular a quantidade de usuários por equipamento, buscando seu aumento;
- ✓ Diminuir a quantidade total de impressoras e impressões.
- ✓ Aumentar a quantidade de impressões por equipamento, ou seja, evitar impressora ociosa.

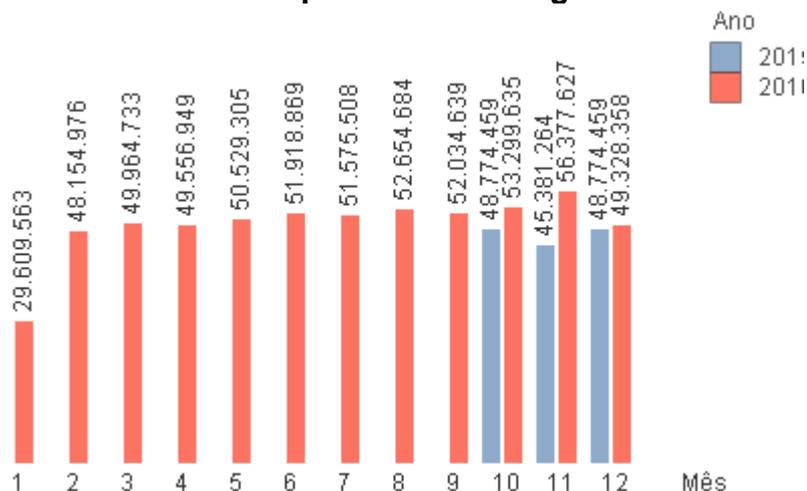
5.1. QI – Quantidade de impressões

Definição: quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão e reprografia.

Unidade de medida: impressões

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



5.2. QEI – Quantidade de equipamentos de impressão

Definição: quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano. Incluir os equipamentos utilizados nos contratos de serviços de impressão e reprografia. A unidade responsável pela informação é a executora do contrato ou a gestora das impressoras.

Unidade de medida: equipamentos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 12.255 equipamentos de impressão

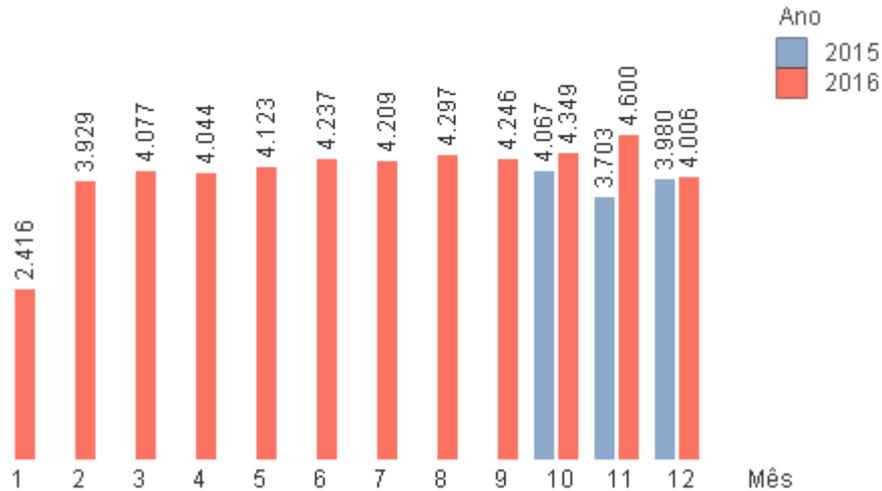
5.3. PEI – Performance dos equipamentos instalados

Definição: quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados.

Unidade de medida: impressões/equipamento

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



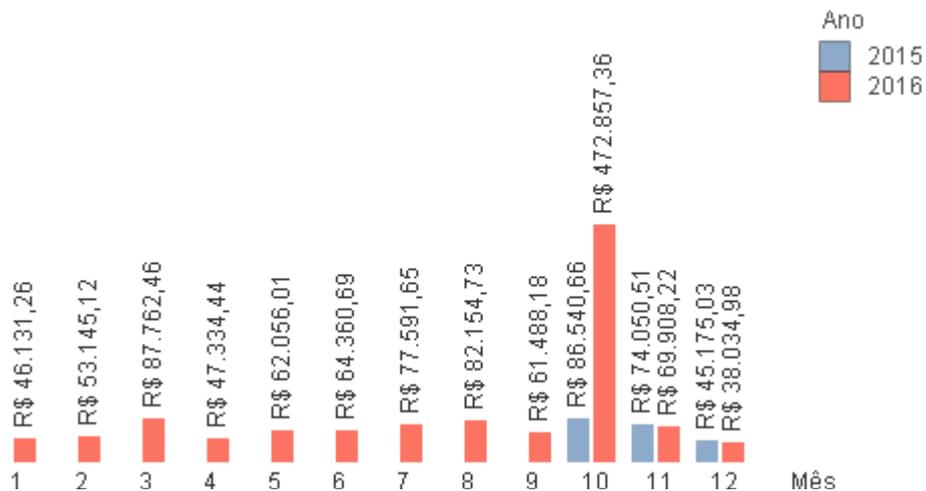
5.4. GAS – Gasto com aquisições de suprimentos

Definição: despesa realizada com aquisição de suprimentos de impressão como cartuchos de tinta, toners, fitas de impressão, entre outros, com exceção de papel adquirido pelo órgão, pois este é considerado no item 2.3. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



5.5. GAI – Gasto com aquisição de impressoras

Definição: despesa realizada com aquisição de equipamentos de impressão. Considera-se evento gerador a data da aquisição.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: as impressoras estão contempladas no contrato de *outsourcing* de impressão

5.6. GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão

Definição: despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (*outsourcing*) de impressão e reprografia (inclui-se equipamento, manutenção, impressão por folha e suprimentos, bem como papel, conforme o contrato).

Considera-se como evento gerador a data da assinatura ou renovação do contrato.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 19.734.252,51

TELEFONIA

O tema objetiva o monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação).

Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

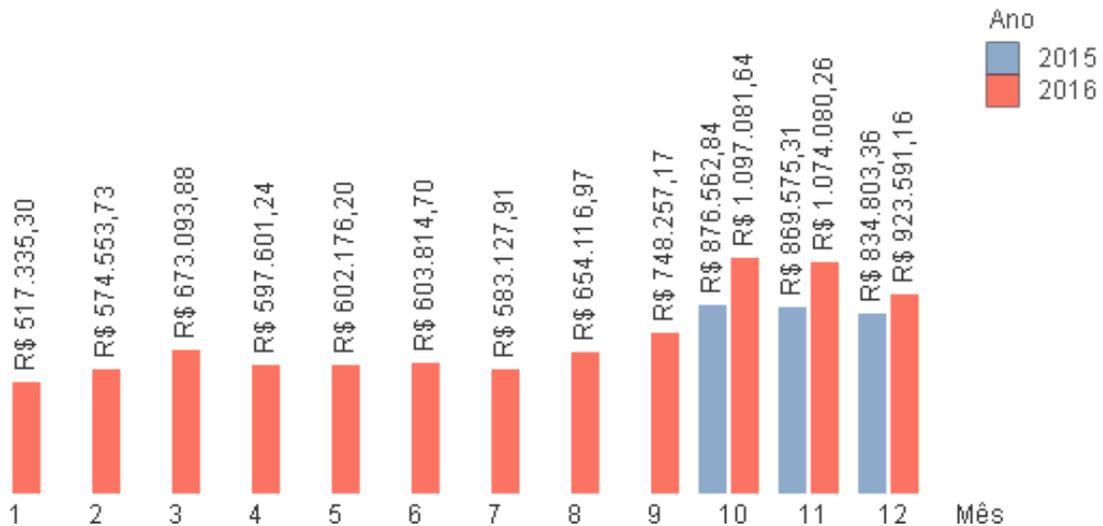
6.1. GTF – Gasto com telefonia fixa

Definição: despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



6.2. LTF - Linhas Telefônicas Fixas

Definição: quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.

Unidade de medida: linhas fixas

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: 12.477 linhas fixas

6.3. GRTF – Gasto relativo com telefonia fixa

Definição: despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP, em relação ao total de linhas. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

Unidade de medida: reais / linha telefônica fixa

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



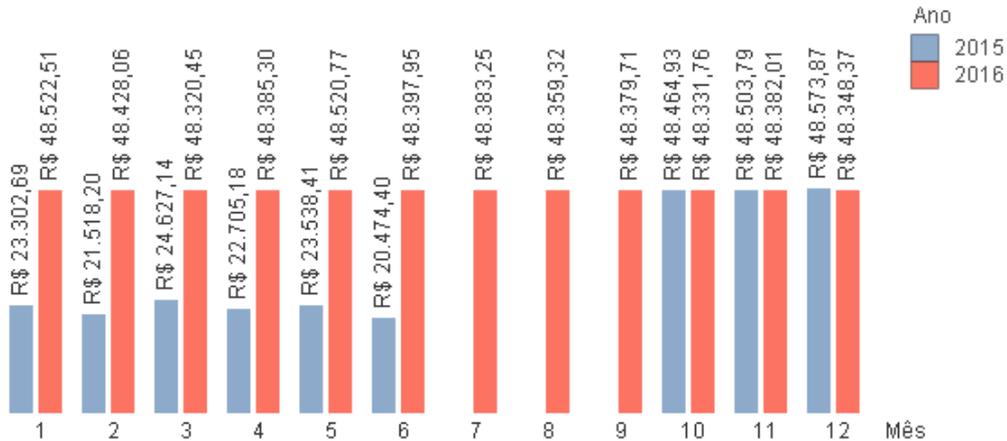
6.4. GTM – Gasto com telefonia móvel

Definição: despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



6.5. LTM - Linhas Telefônicas Móveis

Definição: quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas).

Unidade de medida: linhas móveis

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: 948 linhas móveis

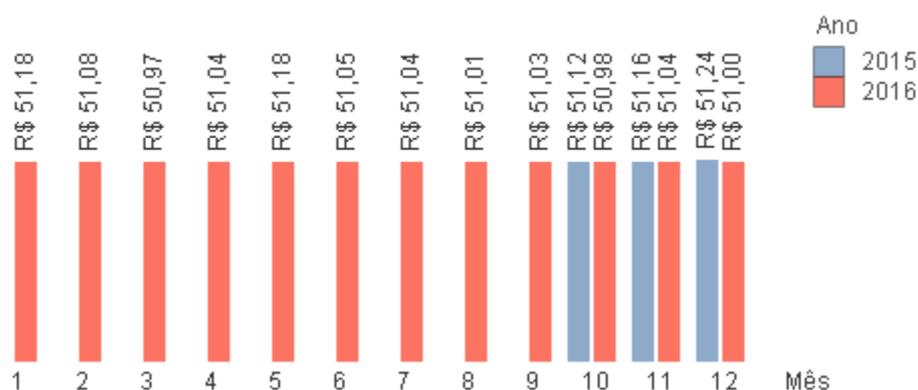
6.6. GRTM – Gasto relativo com telefonia móvel

Definição: despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

Unidade de medida: reais / linha telefônica móvel

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



ENERGIA ELÉTRICA

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão. Haverá questão sobre negociação tarifária a ser preenchida.

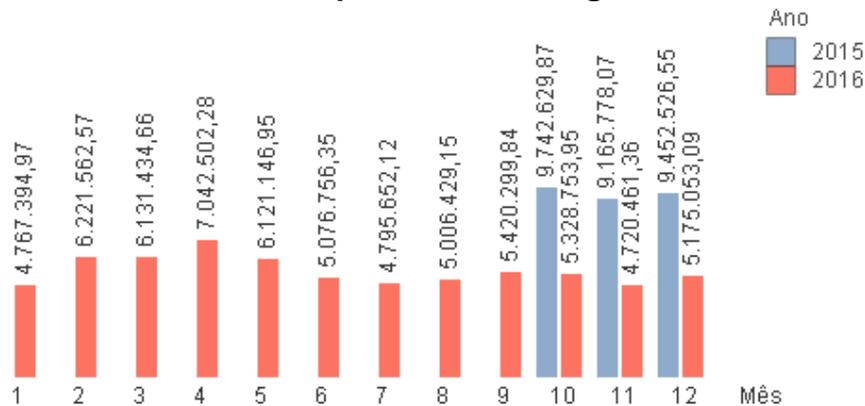
7.1. CE – Consumo de energia elétrica

Definição: consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.

Unidade de medida: kWh

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



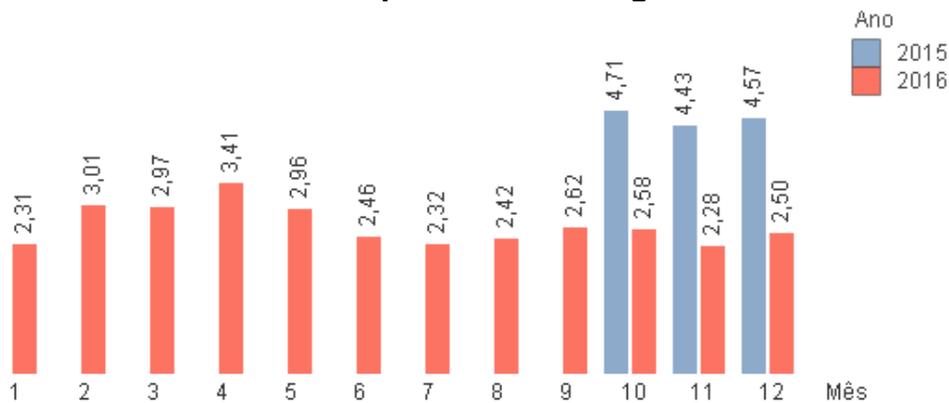
7.2. CRE – Consumo relativo de energia elétrica

Definição: consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.

Unidade de medida: kWh / m²

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



7.3. GE – Gasto com energia elétrica

Definição: valor da fatura de energia elétrica, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



7.4. GRE – Gasto relativo com energia elétrica

Definição: valor total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

Unidade de medida: reais / m²

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



7.5. NT – Negociação tarifária

Definição: verificar se o órgão possui iniciativas de negociação de melhores tarifas junto à concessionária de energia elétrica ou promove ações que resultam em redução dos gastos com energia.

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP:

- ✓ Opção tarifária verde
- ✓ Projeto de auditoria energética patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente em curso para os prédios do Pátio do Colégio e da Conselheiro Furtado que visa, em linhas gerais, analisar o consumo, propor e assessorar no suporte das medidas de eficiência energética recomendadas
- ✓ Instalação de equipamentos fotovoltaicos no prédio do Fórum da Comarca de São Luiz do Paraitinga

ÁGUA E ESGOTO

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com água para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade.

Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

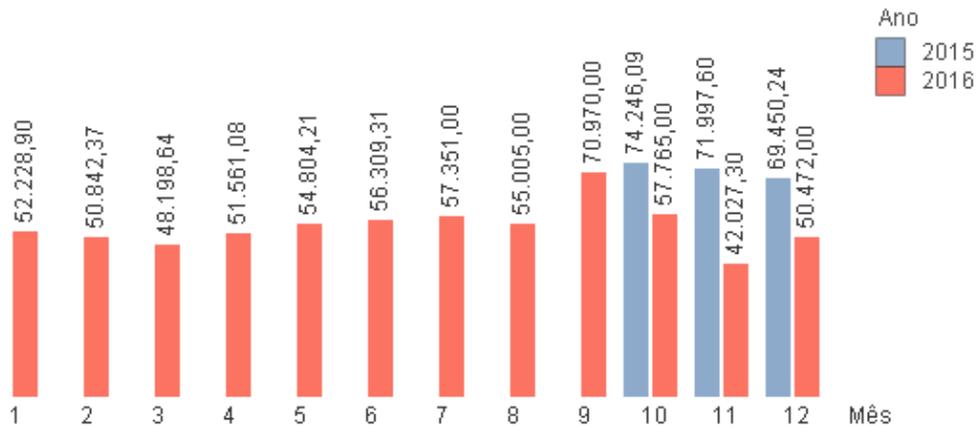
8.1. CA – Consumo de água

Definição: consumo total de água fornecida pela concessionária.

Unidade de medida: metros cúbicos (m³)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



8.2. CRA – Consumo relativo de água

Definição: consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.

Unidade de medida: metros cúbicos de água (m³) / metro quadrado de área (m²)

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



8.3. GA – Gasto com água

Definição: valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



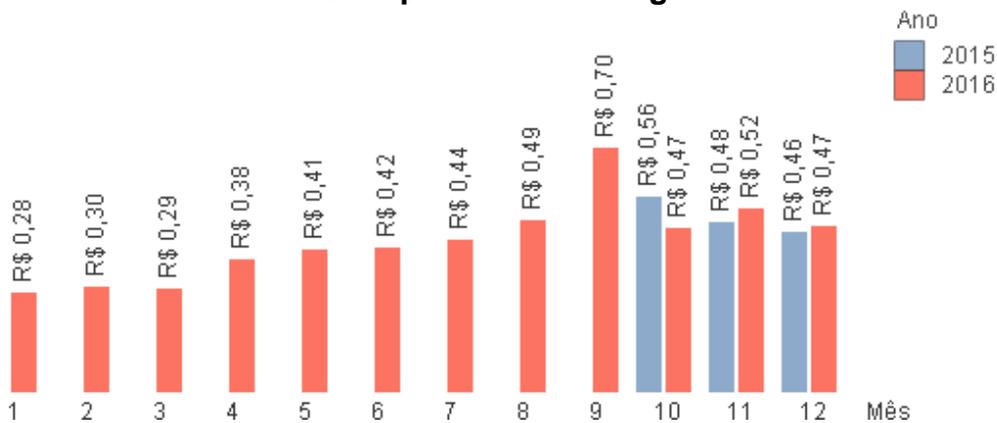
8.4. GRA – Gasto relativo com água

Definição: valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

Unidade de medida: reais / m²

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



GESTÃO DE RESÍDUOS

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes, como a Lei 12.305/2012, Decreto Federal 5.940/2006, Decreto Federal 7.404/2010, ABNT NBR 10.004/2004, Resolução Anvisa 358/2005, entre outras. O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

A maioria dos indicadores não é informada pelo TJSP, razão pela qual no ano de 2017 serão intensificados os trabalhos de coleta seletiva nos 700 prédios distribuídos pelo Estado de São Paulo.

9.1. DPA – Destinação de papel

Definição: quantidade de papel, papelão e derivados destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados indisponíveis

9.2. DPL – Destinação de plásticos

Definição: quantidade de plásticos destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados indisponíveis

9.3. DMT – Destinação de metais

Definição: quantidade de metais destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados indisponíveis

9.4. DVD – Destinação de vidros

Definição: quantidade de vidros destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados indisponíveis

9.5. CGe – Coleta geral:

Definição: quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou empresas recicladoras no caso de localidades onde não seja feita coleta seletiva com separação por materiais.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados indisponíveis

9.6. TMR – Total de materiais destinados à reciclagem

Definição: quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados indisponíveis

9.7. DRI – Destinação de resíduos de informática

Definição: quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou a outra destinação correta. Excluem-se os cartuchos e toners que são específicos para impressão, já contemplados no indicador 9.8.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 1.865 kg

9.8. DSI – Destinação de suprimentos de impressão

Definição: quantidade de suprimentos de impressão (carcaças, toners, cartuchos) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem (Decreto Federal 7.404/2010). Na ausência dessas empresas, devem ser doados com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso (Classe I).

Unidade de medida: unidades

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 53 unidades

9.9. DPB – Destinação de pilhas e baterias

Definição: quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso (Classe I).

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: anual

Dados indisponíveis

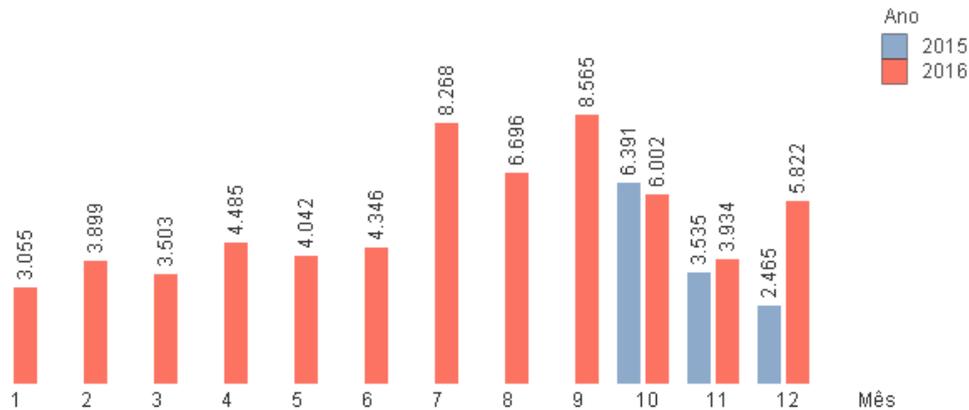
9.10. DLP – Destinação de lâmpadas

Definição: quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa.

Unidade de medida: unidades

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



9.11. DRS – Destinação de resíduos de saúde

Definição: quantidade total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento (Resolução Anvisa 358/2005), com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos.

Unidade de medida: quilogramas (kg)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: O Tribunal encaminha 100% de seus resíduos de saúde para descontaminação e tratamento

9.12. DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas

Definição: quantidade de resíduos de obra ou reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil (Lei 12.305/2012), inclusive os encaminhados para reuso.

Unidade de medida: metros cúbicos (m³)

Periodicidade da apuração: anual

Dados indisponíveis

REFORMAS

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ 114/2010.

São consideradas nesse tema as obras de pequeno porte, ou seja, reformas e alterações de leiaute (mobiliário e divisórias). Não serão consideradas construções de novos edifícios.

O resultado irá demonstrar a comparação com o ano anterior. Resultados positivos demonstram que houve aumento do gasto e resultados negativos correspondem a economia em reformas de leiautes nas unidades.

Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

10.1. GRB – Gastos com reformas no período-base

Definição: corresponde à despesa realizada com reformas e mudança de leiaute durante o período-base. Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios. Considera-se a data de realização das reformas.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 21.725.493,78

10.2. GRR – Gastos com reformas no período de referência

Definição: corresponde à despesa realizada com obras, reformas e mudança de leiaute, durante o período de referência. Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios. Considera-se a data de realização das reformas.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 50.208.967,15

10.3. VGR – Variação dos gastos com reformas

Definição: percentual da variação dos gastos com reformas e mudanças de leiaute nas unidades no período-base em relação a esses gastos no período de referência (ano anterior).

Unidade de medida: percentual

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: -56,7%

LIMPEZA

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários.

É recomendado que os Tribunais avaliem o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias, e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7 de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

11.1. GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base

Definição: totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 113.484.099,24

11.2. m² Cont – Área contratada

Definição: área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza, conforme instruções normativas sobre o tema.

Unidade de medida: m²

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 2.067.455,42 m²

11.3. GRL – Gasto relativo com contratos limpeza

Definição: despesa total realizada com o contrato de limpeza dos órgãos em relação à área contratada. Corresponde ao custo médio por m² dos serviços de manutenção da limpeza do órgão durante o período-base.

Unidade de medida: reais / m²

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 54,89 por m²

11.4. GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência

Definição: totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período de referência (anterior ao período-base). Incluem-se as despesas decorrentes de contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 77.808.168,71

11.5. VGL – Variação dos gastos com contratos de limpeza

Definição: percentual de variação ou repactuação dos contratos de limpeza dos órgãos, ou seja, percentual de ajuste do contrato comparando valor do período base e período de referência (ano anterior).

Unidade de medida: percentual

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 45,85%

11.6. GML – Gasto com material de limpeza

Definição: despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Considera-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 11.1.

Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: os materiais de limpeza são fornecidos pela contratada

VIGILÂNCIA

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica) sem comprometimento dos padrões de segurança.

Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado que os Tribunais façam a gestão deste impacto financeiro, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias, e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7 de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

12.1. GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período base

Definição: totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância armada durante o período-base.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 174.695.871,41

12.2. QVAB – Quantidade de postos de vigilância armada

Definição: quantidade total de postos de vigilância armada ao final do período base.

Considera-se como uma unidade o posto ocupado por mais de um vigilante.

Unidade de medida: postos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 1.944 postos

12.3. GRVA – Gasto relativo com vigilância armada

Definição: despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância **armada**. Corresponde ao custo por posto de vigilância armada do órgão durante o período-base.

Unidade de medida: reais / posto armado

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 89.864,13 por posto

12.4. GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base

Definição: totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância desarmada durante o período-base.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: o TJSP não possui contrato de vigilância desarmada

12.5. QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada

Definição: quantidade total de postos de vigilância desarmada ao final do período-base. Considera-se como uma unidade o posto ocupado por mais de um vigilante.

Unidade de medida: postos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: o TJSP não possui contrato de vigilância desarmada

12.6. GRVD – Gasto relativo com vigilância desarmada

Definição: despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância **desarmada**. Corresponde ao custo por posto de vigilância desarmada do órgão durante o período-base.

Unidade de medida: reais / posto desarmado

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: o TJSP não possui contrato de vigilância desarmada

12.7. GVT- Gasto total com contratos de vigilância no período de referência

Definição: totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância, armada e desarmada, durante o período de referência (anterior ao período-base).

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 182.873.678,70

12.8. VGV – Variação dos gastos com contratos de vigilância

Definição: percentual de variação e repactuação dos contratos de vigilância dos tribunais, ou seja, percentual de ajuste do contrato comparando valor do período base e período de referência (ano anterior).

Unidade de medida: percentual

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: -4,47%

VEÍCULOS

O tema objetiva a gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

O monitoramento visa a racionalidade do serviço no sentido de:

- ✓ Avaliar o custo-benefício de ter uma frota própria ou terceirizar o serviço;
- ✓ Avaliar a diminuição da quantidade total de veículos;
- ✓ Aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso;
- ✓ Diminuir o gasto relativo com manutenções.

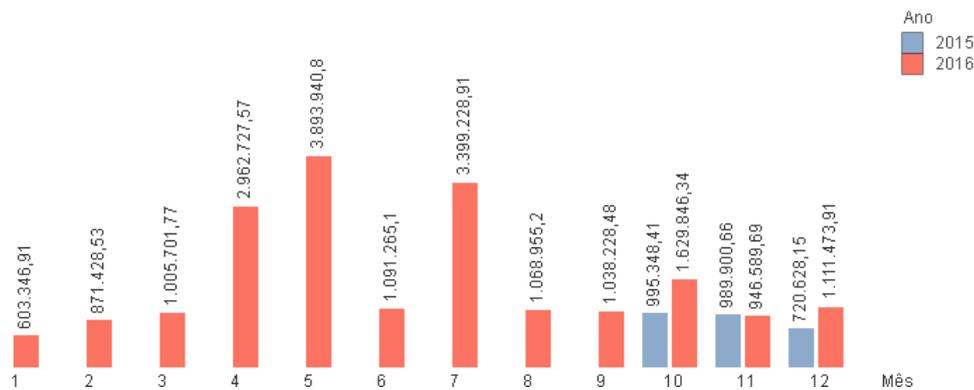
13.1. Km – Quilometragem

Definição: quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.

Unidade de medida: quilômetros (km)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



13.2. VG – Quantidade de veículos a gasolina

Definição: quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a gasolina, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 160

13.3. VEt – Quantidade de veículos a etanol

Definição: quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a etanol existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 0

13.4. VF – Quantidade de veículos flex

Definição: quantidade total de veículos *flex*, movidos a gasolina e etanol, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 1.133

13.5. VD – Quantidade de veículos a diesel

Definição: quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a diesel existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 45

13.6. VGN – Quantidade de veículos a gás natural

Definição: quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a Gás Natural Veicular (GNV) existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 0

13.7. VH – Quantidade de veículos híbridos

Definição: quantidade total de veículos híbridos, ou seja, movidos por eletricidade e combustíveis, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 0

13.8. VEI – Quantidade de veículos elétricos

Definição: quantidade total de veículos elétricos existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 0

13.9. QVe – Quantidade de Veículos

Definição: quantidade total de veículos existentes no órgão ao final do período base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

Unidade de medida: veículos

Dados do TJSP: 1.338

13.10. QVs – Quantidade de veículos de serviço

Definição: total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais. Não se computam veículos utilizados exclusivamente por magistrados.

Unidade de medida: veículos de serviço

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 977 veículos próprios e 1 veículo em comodato

13.11. UVS – Usuários por veículo de serviço

Definição: quantidade relativa de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais.

Unidade de medida: usuários / veículo de serviço

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 70,8 usuários por veículo

13.12. QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados

Definição: total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para transporte de magistrados. Excluem-se os veículos já computados no item 13.10.

Unidade de medida: veículos de magistrado

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 358 veículos próprios e 2 veículos em comodato

13.13. UVM – Usuários por veículo de magistrado

Definição: quantidade relativa de usuários por veículos, próprios ou locados, utilizados exclusivamente no transporte de magistrados.

Unidade de medida: usuários / veículo de magistrado

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 7 usuários por veículo de magistrado

13.14. GMV – Gasto com manutenção de veículos

Definição: corresponde à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, seguro, lavagem, serviços terceirizados, entre outros). Não devem ser considerados os gastos com combustível nem os gastos com terceirização de motoristas.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP R\$ 4.428.903,52

13.15. GRMV – Gasto relativo com manutenção dos veículos

Definição: despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos.

Unidade de medida: reais / veículo

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 2.729,23 por veículo

13.16. GCM – Gastos com contratos de motoristas

Definição: corresponde à despesa realizada com contratos de motoristas.

Unidade de medida: reais

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$15.750.587,47

13.17. GRCM – Gasto relativo com contrato de motoristas

Definição: despesa total realizada com contratos de motoristas em relação à quantidade de veículos.

Unidade de medida: reais/veículo

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: R\$ 11.771,74 por veículo

COMBUSTÍVEL

O tema objetiva o monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.

O monitoramento dos dados pode indicar:

- A necessidade de otimizar o consumo, os gastos e avaliar a possibilidade do uso de combustível alternativo e transporte coletivo;
- A necessidade de diminuir o consumo geral de combustíveis;
- O aumento da quantidade de litros de combustível por veículo como consequência da diminuição da quantidade de veículos.

Não deve ser computado o combustível utilizado em outros equipamentos como bombas e geradores.

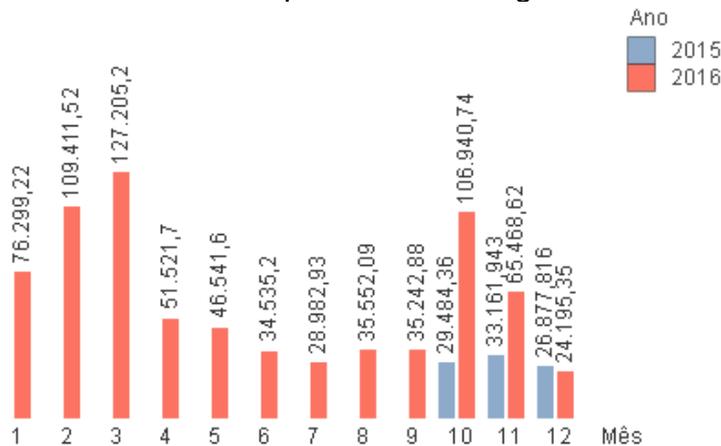
14.1. CG – Consumo de gasolina

Definição: quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.

Unidade de medida: litro (l)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



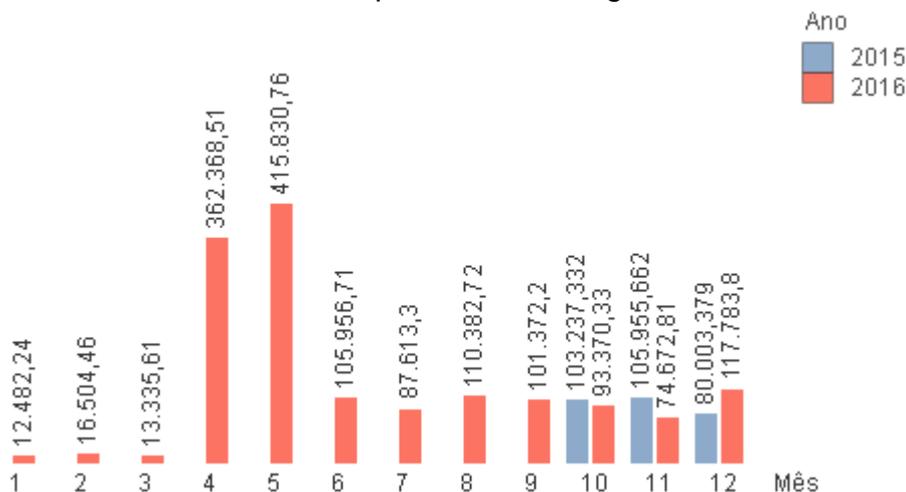
14.2. CE – Consumo de etanol

Definição: quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.

Unidade de medida: litro (l)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



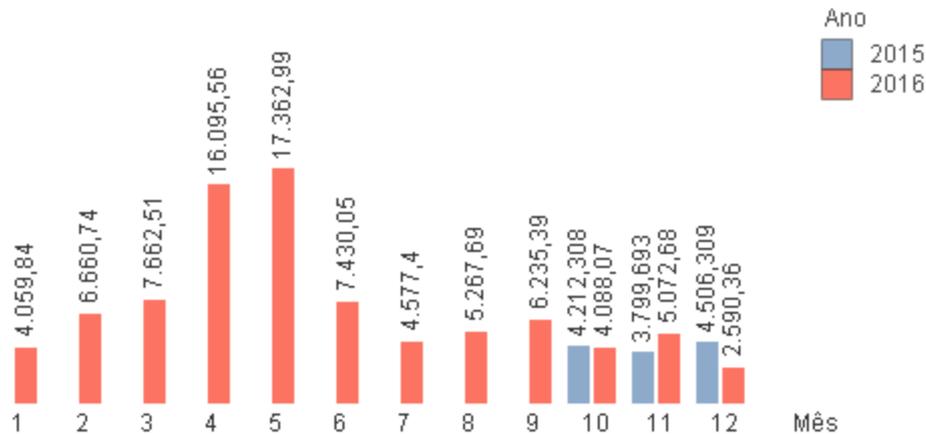
14.3. CD – Consumo de diesel

Definição: quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.

Unidade de medida: litro (l)

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



14.4. CGN – Consumo de gás natural

Definição: quantidade total de metros cúbicos de gás natural veicular (GNV) consumido.

Unidade de medida: metro cúbico (m³)

Periodicidade da apuração: mensal

O TJSP não possui veículos movidos a gás natural.

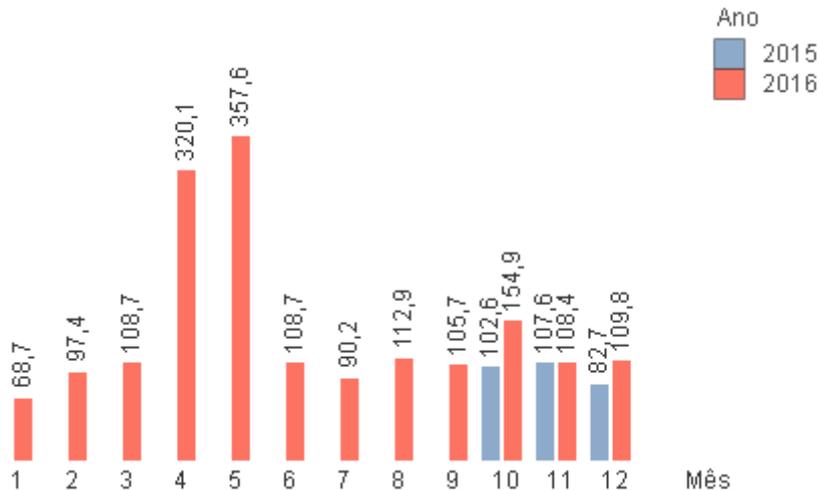
14.5. CRAG – Consumo relativo de álcool e gasolina

Definição: quantidade relativa de litros de álcool e gasolina consumidos por cada veículo.

Unidade de medida: litro (l) / veículo

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



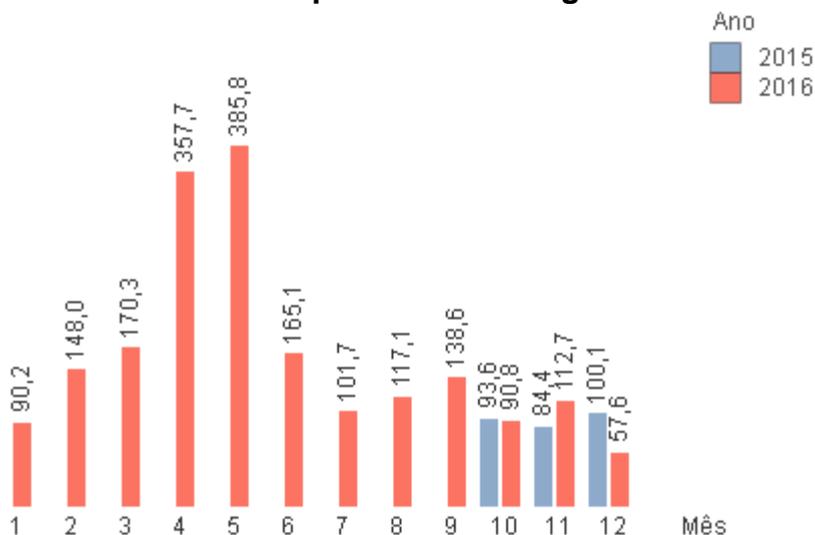
14.6. CRD – Consumo relativo de diesel

Definição: quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo.

Unidade de medida: litro (l) / veículo

Periodicidade da apuração: mensal

Dados do TJSP: apresentados no gráfico abaixo



14.7. CRGN – Consumo relativo de gás natural

Definição: quantidade relativa de metros cúbicos de gás natural veicular (GNV) consumido por cada veículo.

Unidade de medida: metro cúbico (m³) / veículo

Periodicidade da apuração: mensal

O TJSP não tem veículos movidos a gás natural.

QUALIDADE DE VIDA

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias e da quantidade de ações de inclusão de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Ações de qualidade de vida no trabalho: promovem a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores. Considerar ações tais como ginástica laboral, preparação para aposentadoria, orientação nutricional, terapias alternativas, ações antitabagismo, álcool e outras drogas, entre outras.

Ações solidárias: promovem o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade, tais como visitas a creches, orfanatos, asilos, bem como ações educacionais para terceirizados, como alfabetização, inclusão digital, ensino à distância, entre outros.

Ações de inclusão: promovem a acessibilidade, bem como a socialização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tais como programas de inclusão no mercado de trabalho de deficientes mentais, físicos, auditivos ou visuais.

Serão contabilizadas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base.

Serão consideradas participações em ações realizadas em parceria com outras instituições.

Em ações de caráter continuado tais como cursos, encontros, grupos de apoio, entre outros, serão contabilizadas somente uma participação por pessoa. Exemplo: ginástica laboral com os mesmos três participantes de uma unidade, uma vez por semana, resultará ao final do ano em somente três participações.

15.1. PQV – Participações em ações de qualidade de vida

Definição: total de participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.

Unidade de medida: participantes

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 31.864

15.2. AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida

Definição: quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

Unidade de medida: ações

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 44

15.3. PRQV – Participação relativa em ações de qualidade de vida

Definição: percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

Unidade de medida: percentual por ação

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 0,99%

15.4. PS – Participações em ações solidárias

Definição: total de participações do corpo funcional em ações solidárias.

Unidade de medida: participantes

Periodicidade da apuração: anual

Dados indisponíveis

15.5. AS – Quantidade de ações solidárias

Definição: quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

Unidade de medida: ações

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 06

Abaixo as ações solidárias realizadas:

- Participação na 20ª Festa de Natal das Crianças – distribuição de 1.184 cestas de Natal;
- Distribuição de cestas em abrigos e instituições de caridade – 1.913 cestas;
- Distribuição de brinquedos – 5 mil para instituições de caridade e abrigos
- Teatro de Marionetes para Crianças e Adolescentes de abrigos;
- Evento para doação de cabelo - 40 funcionários que realizaram 255 cortes, 154 deles com doações;
- Doação de Sangue – Fórum Tatuapé.

15.6. PRS – Participação relativa em ações solidárias

Definição: percentual da força de trabalho total que participa como voluntária nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do órgão.

Unidade de medida: percentual por ação

Periodicidade da apuração: anual

Dados indisponíveis

15.7. Alnc – Ações de inclusão

Definição: quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Unidade de medida: ações

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 03

A seguir as ações de inclusão:

- 1.) Criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e ;
- 2.) Apoio à Campanha Inclusão Mais da OAB-SP –
(<http://intranet.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia.aspx?Id=36630>) e
- 3.) Debate sobre Estatuto da Pessoa com Deficiência na Escola Paulista de Magistratura –EPM
(<http://intranet.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia.aspx?Id=25939>).

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

Serão contabilizadas:

- Ações de sensibilização e capacitação (cursos EaD ou presenciais, grupos de estudo, seminários, semana do meio ambiente, oficinas, campanhas etc.);
- Ações educacionais relacionadas ao tema;
- Outras ações institucionais, relacionadas às metas do PLS.

Em ações de caráter continuado tais como cursos, encontros, grupos de estudos, entre outros, serão contabilizadas somente uma participação por pessoa. Exemplo: curso com os mesmos dez participantes, uma vez por semana, durante dois meses resultará ao final do ano em somente dez participações.

16.1. ACap – Ações de capacitação e sensibilização

Definição: quantidade de ações de capacitação e sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

Unidade de medida: ações

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 02

As ações de capacitação são:

1. Seminário sobre uso eficiente de energia elétrica (447 participantes)
2. Curso de Direito Ambiental – Escola Judiciária dos Servidores (650 participantes)

16.2. PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação

Definição: total de participações em ações de sensibilização e capacitação durante o período-base.

Unidade de medida: participantes

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 1.097

16.3. PRSC – Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental

Definição: percentual de participantes de ações de sensibilização e capacitação relacionadas à temática socioambiental em relação à força de trabalho total do órgão.

Unidade de medida: percentual por ação

Periodicidade da apuração: anual

Dados do TJSP: 0,78%

III - Identificação das ações a serem modificadas em 2017

Considerando o grau de cumprimento das 13 metas, 7 foram integralmente atingidas (metas 1.3, 1.4, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1 e 3.2). As 6 metas restantes atingiram valores parciais (metas 1.1, 1.2, 2.4, 2.5, 3.3 e 4.1).

Os principais resultados obtidos foram:

- Redução de 7% na média de consumo mensal de papel branco e de 5% de papel reciclado;
- Redução de 15% na média de consumos de copos de 200 ml por agente público e de 27% em relação aos copos de 50 ml (café);
- Redução de 24% na média de consumo mensal de energia elétrica por área construída e de 17% na média do volume de água consumida por área construída;
- O valor médio da fatura de telefonia fixa por linha obteve uma redução de 3,4%;
- 44 ações de qualidade de vida com a participação de 32.084 servidores;
- 2 capacitações realizadas;
- 203 prédios informaram realizar coleta seletiva;
- 3 ações de inclusão para servidores com deficiência.

Ao analisar os resultados obtidos do PLS-TJSP em conjunto com os indicadores mínimos do Anexo da Resolução CNJ 201/215 (referenciados no item II deste Relatório), o Núcleo Socioambiental decidiu que, para o ano de 2017, as seguintes ações sejam materializadas:

1. Manutenção das campanhas de incentivo à economia de papel, descartáveis, energia elétrica e água;
2. Aumento de capacitação e sensibilização dos agentes públicos (magistrados e servidores) em temas de sustentabilidade;
3. Estudos para implantação da coleta seletiva nos prédios do TJSP;
4. Estabelecer um sistema de coleta de dados mais efetivo para análise estatística e diagnóstico;

5. Implantação da 3ª edição do “TJ Sustentável”, competição saudável baseada na iniciativa do TJRN, em que os prédios buscam melhorar alguns índices de sustentabilidade e, ao final, os servidores dos prédios vencedores participam de sorteios de prêmios.
6. Otimização da *performance* dos equipamentos de impressão e controle de cópias por equipamento (bilhetagem de cópias);
7. Intensificar ações relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência.

O PLS-TJSP encontra-se em seu ciclo inicial e já tem demonstrado bons frutos. Porém, deverá evoluir para atender todas as dimensões de sustentabilidade existentes e atender integralmente os propósitos elencados na Resolução CNJ 201/2015.

IV - Anexo

Boas Práticas de Impressão



Introdução

Antes de imprimir, um momento de reflexão:



O planeta não possui vastas fontes de recursos naturais e matérias-primas como no passado.

Logo, temos que adquirir o hábito de economizar e reciclar, pois assim criaremos um ecossistema sustentável para as futuras gerações.



*Alguns números
assustam!!*



Você sabia que...



... uma árvore de eucalipto gigante produz apenas 20 resmas de papel A4?

Você sabiaque...



...essas mesmas 20 resmas consomem o paradoxal número de 100 mil litros de água para sua produção?

Dados da Unesco: 1 folha de A4 = 10 litros de água

Você sabia que...



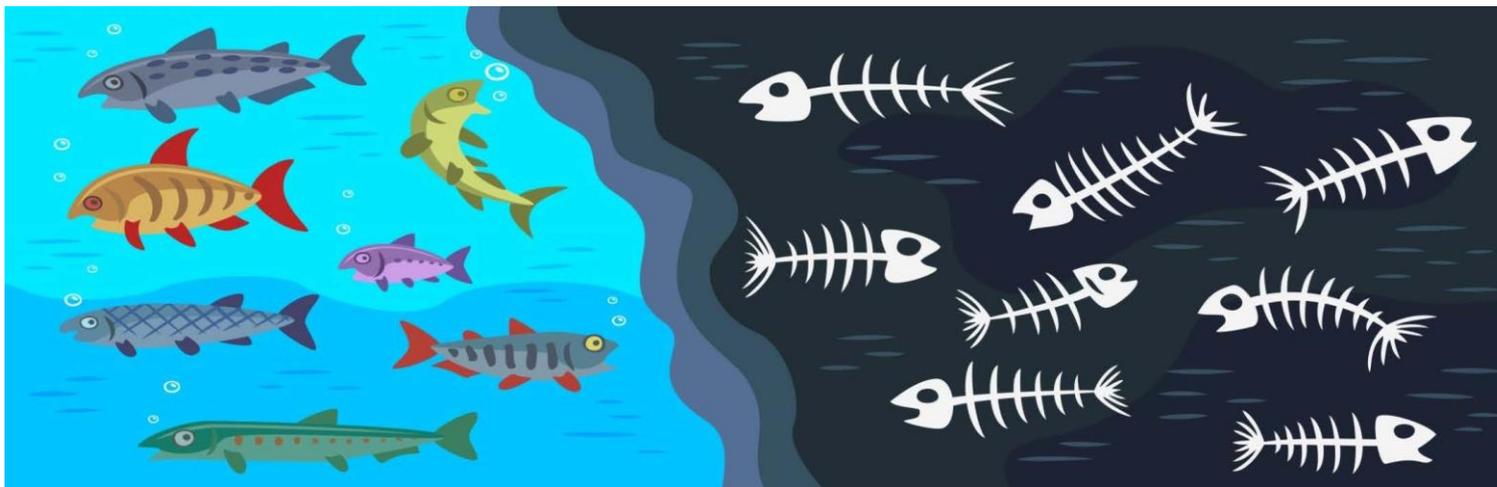
...essas mesmas 20 resmas emitem 70 kg de CO₂ na atmosfera?

Você sabia que...

...no processo de produção do papel existe um fluído residual, após a separação da celulose, que contém compostos tóxicos de enxofre, conhecido como licor negro?



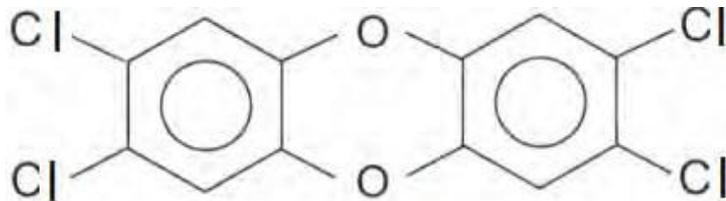
Você sabia que...



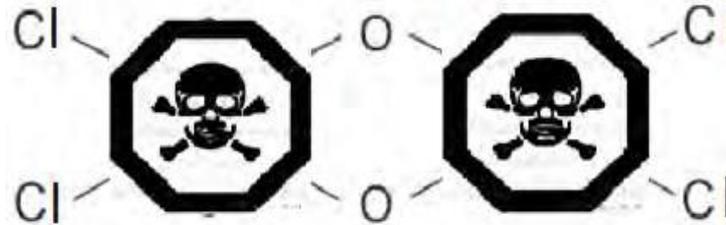
...existe risco de tragédias ambientais? Como em Cataguazes (MG), em 2003, onde uma lagoa de tratamento de licor negro se rompeu e o resíduo invadiu rios, matando peixes e desembocando em praias do Espírito Santo e Rio de Janeiro.



Você sabia que...



...no processo de produção do papel existe um resíduo químico, pós- branqueamento, chamado Dioxina? Ele é eliminado em rios, sendo encontrado em peixes consumidos pela população.



(sustância cancerígena cumulativa)

Fórmula da Dioxina - Agente altamente cancerígeno

Você sabia que...



...abatendo-se apenas uma árvore de eucalipto por dia para produção das resmas, o consumo de energia elétrica anual no processo industrial daria para alimentar duas residências e meia durante o ano todo?

(4.596,48 kWh/ano)

Você sabia que...

...apesar de biodegradável, o papel leva de 3 a 6 meses para se decompor. Já em aterros, que não possuem a umidade necessária, tal processo leva 100 anos para degradação total? A coleta seletiva para reciclagem no Brasil ainda é pequena.





Você sabiaque...

...o processo de reciclagem de papel consiste em operação que também gera poluição, pois utiliza energia, água e insumos químicos?



Você sabia que?...

...embora existam reflorestamentos para produção do papel, a monocultura de eucaliptos leva à degradação do solo, ressecamento de córregos, abalos ao ecossistema, gerando a desertificação? (chamado de “Deserto Verde”)

Conclusão

Práticas de reflorestamento e reciclagem também consomem energia e poluem. Por essa razão, é importante termos bom senso e diminuirmos o consumo de papel.

Para ajudar, o Núcleo Socioambiental do TJSP elaborou este guia com boas práticas no processo de impressão.



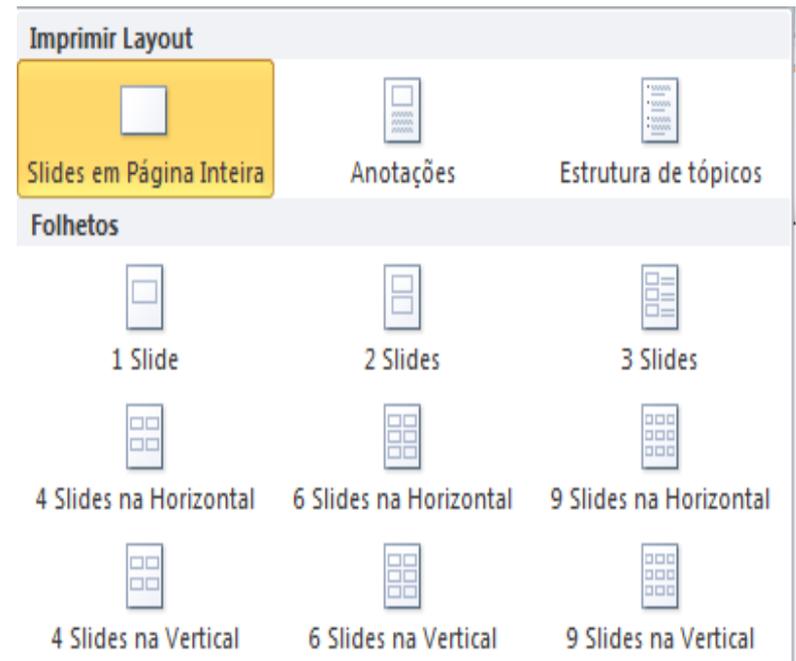
Boas Práticas

- 1- O primeiro passo é a avaliação sobre a real necessidade de impressão do documento ou, ainda, se poderia ser armazenado eletronicamente na rede do Tribunal;
- 2- Dentro do possível, imprima em modo frente e verso;
- 3- Quando desejar guardar um e-mail, selecione a opção de impressão no modo Pdf e salve-o digitalmente por meio do aplicativo Pdf24 (caso não apresente a opção, solicite a instalação desse aplicativo no Help Desk do TJSP ou contate o supervisor de suporte da STI responsável pela comarca);
- 4- Uma alternativa para guardar e-mails é a utilização do programa Outlook. Basta iluminar a mensagem com o botão esquerdo do mouse e clicar com o botão direito, escolhendo a opção copiar e colar digitalmente;
- 5- Utilize a Intranet, a rede do Tribunal e *e-mails* para disponibilizar documentos, evitando impressões desnecessárias;

Boas Práticas

6- Quando imprimir documento com muitas páginas, trabalhe com a formatação, já que a matriz poderá ser reproduzida muitas vezes. A redução de uma página no arquivo original pode resultar na economia de centenas de folhas;

7- Quando imprimir apresentações em Power Point, opte pelo modo “Folheto”, na área de configurações, ao invés de “Página Inteira”. A opção comporta até seis slides por folha. Outro recurso econômico é imprimir o material em preto e branco, eliminando a cor de fundo. Dessa forma, a reprodução do slide ficará melhor na fotocópia, você economizará tonner e terá um material de melhor qualidade;



Boas Práticas

8- Nem sempre precisamos imprimir todo o documento. Nesses casos, é possível selecionar somente parte do texto ou planilha. Para tanto, clique em Arquivo/Imprimir/Configurações, e, ao invés da opção “Imprimir Todas as Páginas”, escolha “Imprimir Seleção”. Confira as duas situações:

a) Trecho de texto no Word:

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é considerado o maior do mundo segundo Wikipédia

Possui quase 800 prédios distribuídos em uma área que corresponde a 2 vezes a Inglaterra

b) Trecho de planilha no Excel:

SETORES	JUNHO
SECRETARIA	103
ADMINISTRATIVO	171
ATENDIMENTO	37
PATRIMONIO	75
GERENCIA	1
EVENTOS	2
GESTÃO	02
FAACULDADE	221
RADIOLOGIA	311
ESTETICA/PODLOGIA	59
ÓPTICA-FARMACIA	802
HEMO/HOSPITALAR	882
BIBLIOTECA	5
CLINICA	35
MEMOR APRENDIZ	0
TOTAL MENSAL	3378

Boas Práticas

c) Marque o item Imprimir Seleção:



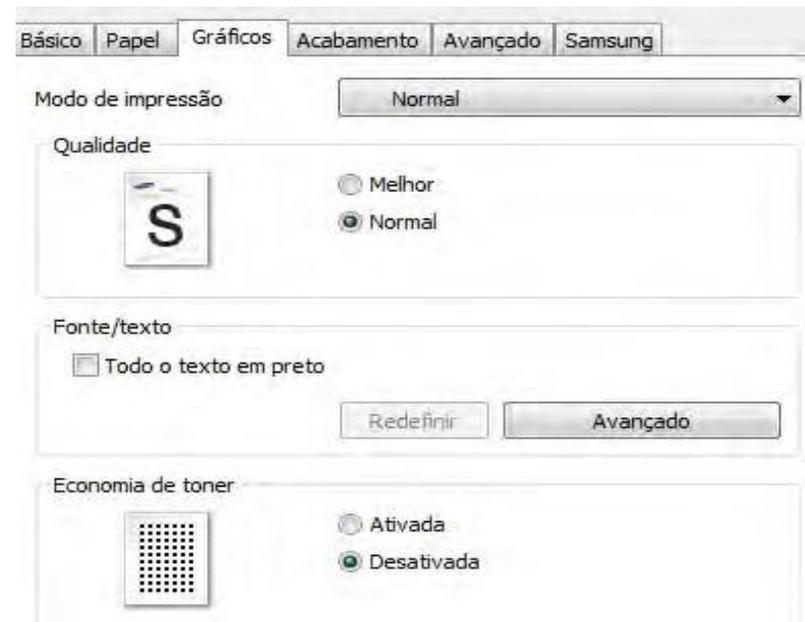
9- Você também pode economizar papel optando pela impressão em uma só folha. Basta clicar em Imprimir/Configurações e, ao invés da opção “1 Página por Folha”, escolha o número desejado (de duas até 16 páginas).



Boas Práticas

10- É possível obter grande economia em impressões coloridas com medidas simples. Como o cartucho preto acaba primeiro, por ser o mais utilizado, se for imprimir um documento somente para leitura ou correções, selecione o texto e mude a cor para azul, vermelho ou verde, poupando, assim, o cartucho preto e contribuindo para um consumo mais equilibrado;

11- Todas as impressoras oferecem opções de qualidade e economia de toner. Assim, pode-se configurar a impressão de acordo com o material a ser produzido. Para tanto, basta clicar no menu Arquivo/Imprimir/Propriedades de Impressora/Gráficos, conforme a ilustração;



Boas Práticas

12- Folhas impressas em apenas um dos lados e que não contenham informações sigilosas podem ser reutilizadas para documentos internos ou rascunhos. No entanto, não use folhas amassadas ou com grampos nas impressoras, porque podem danificar o equipamento;

13- Uma razoável economia de papel pode ser obtida com a revisão de textos antes da impressão. Após, também é prudente acionar o comando “Visualizar Impressão”, disponibilizado na maioria dos programas. Com isso, você poderá verificar, por exemplo, se uma página seria impressa com cortes de conteúdo;

14- Antes da segunda tentativa de impressão, aguarde o tempo de resposta do equipamento, pois sua solicitação entra em uma fila;

15- Evite uso de plano de fundo no corpo dos e-mails, pois, em eventual impressão, haverá maior consumo de toner.



*Antes de imprimir, lembre-se:
simples ações hoje, grandes resultados amanhã.*

CONSUMO CONSCIENTE BOM
PARA O **PLANETA** BOM PARA
VOCÊ
BOM PARA A **SOCIEDADE**

**Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça de
São Paulo**